



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 21 - Nº 392 - DE 16 a 30 DE MAIO DE 2010 - R\$ 3,00

A crise na Europa sinaliza: os exploradores e seus governos preparam mais ataques contra as massas. É preciso estar preparado.

A burguesia e seus candidatos procuram arrastar as massas para a farsa do circo eleitoral.

A frente de esquerda faliu e se desintegrou.

Combater a burguesia e defender a independência de classe, o programa da Revolução Proletária, as reivindicações dos oprimidos e o método da luta de classes:

VOTO NULO

PROGRAMÁTICO

1º ano da morte de Guillermo Lora

Método de Luta

No dia 17 de maio, faz um ano da morte de Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário. Lora dedicou sua vida, desde muito jovem, a organizar a classe operária e construir o partido. É um exemplo de militante, ao lado de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo, que uniu com rigor a teoria e a prática. Deixou para o proletariado boliviano e mundial uma obra extraordinária, impressa em suas Obras Completas, de mais de 60 volumes. A história da luta de classes na Bolívia está profundamente marcada pela presença do POR, que desde cedo esteve à frente dos combates e formulou um sólido programa da revolução social.

Editamos neste número do Massas, um texto sobre a tática, apresentado em uma Conferência Latino-Americana, expressando a luta do trotskismo contra os erros do foquismo, cujos resultados foram catastróficos para a vanguarda combatente. Aqui no Brasil, acabamos de concluir o curso de formação permanente do POR, cujo estudo foi dedicado à luta armada do período de 60 a 70. Muito nos auxiliou o livro “Revolução e Foquismo”, que reúne escritos desse período em que a esquerda foi arrastada pelas posições de Che Guevara e se lançaram ao método foquista de luta armada, confundindo-o com o método de guerrilha. O próximo jornal Massas trará um conjunto de textos dedicado a Guillermo Lora.



A disputa interburguesa – PSDB ganha posição

Serra continua a liderar as pesquisas de intenção de voto. Dilma corre atrás de grupos capitalistas influentes. Sob o governo Lula, a burguesia ganhou muito dinheiro e setores contrairam laços com o Tesouro Nacional. Mas há um pendor dos capitalistas para a candidatura de Serra. Eleição se ganha com milhões, com a mobilização de instituições empresariais, imprensa e igrejas. Os sindicatos e associações de bairro são também uma força de arregimentação dos explorados. Dilma conta folgadoamente com essa segunda força. No entanto, é a primeira que quase sempre decide. E esta está com o PSDB.

Aumenta a apreensão da burguesia quanto ao horizonte da crise econômica. A situação confortável do Brasil em meio à turbulência mundial pode acabar mais cedo do que se avaliava. Lula deu certo, porém contou com ventos favoráveis. A única turbulência que enfrentou passou rápida, de fins de 2008 a meados de 2009. O governo petista não teve, portanto, de ser testado, com divisões interburguesas e com as massas nas ruas. Enfrentou algumas inconveniências com o MST, que isolado da classe operária e sob ataque sistemático do DEM, PSDB, Justiça, Parlamento e Polícia permaneceu acuado.

Em suas andanças pelas feiras do agronegócio e de criadores de zebu, Dilma foi inquirida pelos capitalistas sobre a violação do direito de propriedade pelos camponeses sem-terra. Resposta: que os latifundiários ficassem tranquilos porque em seu governo imperará a legalidade constitucional. A diferença entre Dilma e Serra está em que a petista aposta no diálogo, seguindo o governo Lula. Já sabemos que diálogo é esse, basta ver os assassinatos de camponeses, as desocupações e prisões.

O enorme recuo que sofreu a classe operária sob a direção da burocracia custista e forcionista favoreceu o lulismo, o caudilhismo pró-grande capital.

Com Dilma, não será possível reproduzir o fenômeno histórico do PT, que começou com posições reformistas, assentadas na suposição de um “governo democrático e popular”, e concluiu como capacho das multinacionais. Ou seja, com Dilma diante de uma crise, os riscos de governabilidade são grandes.

O PT e a burocracia sindical foram domesticados pelo Estado. Estão fadados a defender o capitalismo e os interesses particulares de grupos capitalistas. Não constituem ameaça a um governo de Serra, caso este se depare com a retomada da crise e com o descontentamento das massas. Essa é mais uma razão da burguesia preferir Serra à Dilma.

O PT e sua rede sindical foram até onde podiam ir em relação ao poder, agarrados à barra das calças de Lula. É bem possível que tenham de se contentar no futuro próximo com o papel de coadjuvante de uma das variantes da política burguesa. O fato de Dilma ser uma escolha pessoal de Lula indica a escassez de quadros e a miséria política dos reformistas.

O PSDB erigiu dois expoentes, José Serra e Aécio Neves, em dois Estados poderosos economicamente e densos eleitoralmente. Chegou à unidade necessária. A possibilidade de vitória de Serra soldou as disputas internas e atraiu setores ligados a partidos governistas.

Ao contrário, a candidatura petista padece de coesão das fileiras governistas. Não está fácil a constituição da aliança

com o PMDB. Em São Paulo, Orestes Quécia atua desabridamente em favor de Serra. Em Pernambuco, o PSDB incentiva a candidatura a governador do dissidente peemedebista Jarbas Vasconcelos.

Caso a intervenção de Lula no processo eleitoral não modifique o quadro, a aliança em torno de Serra se fortalecerá e de Dilma enfraquecerá. É sintomático o impasse entre PT e PMDB em Minas Gerais, enquanto que no Rio de Janeiro o PSDB se alia ao PV num gesto de arregimentação. Há um processo de aglutinação de forças em torno de Serra que indica a possibilidade de sua vitória.

Lula se encontra constrangido. Precisa de trabalhar abertamente perante as massas para a sua candidata. No entanto, a justiça eleitoral vem cerceando seus movimentos. As liminares do PSDB contra a campanha presidencial antecipada têm sido acatadas. As duas multas impostas pelo Judiciário a Lula refletem o clima burguês favorável a Serra.

Dilma e Serra, não obstante, comparecem como dois amigos em disputa. Nos bastidores as forças se digladiam. Não por acaso, a Polícia Federal de São Paulo acaba de soltar um petardo contra o ex-delegado Tuma Jr., secretário nacional de justiça de Lula. O “Estadão” recebeu gravações que comprometem Tuma Jr. com a máfia chinesa. Anteriormente, houve o estouro de Brasília, expondo uma das quadrilhas do DEM. Tudo indica que a campanha dita civilizada entre Dilma e Serra será mudada, trazendo à tona as sujeiras dos bastidores. A podridão é tamanha que os dois candidatos têm de se comportar como bons vizinhos. As eleições pairam sobre um pântano de excremento, como se fossem nuvens limpas e assépticas. Os adversários eleitorais – governistas e opositoristas – têm de tomar cuidado para não destampar as latrinas. É o que explica a amabilidade dos concorrentes.

Está em discussão no Congresso o projeto de lei da ficha limpa. Quase unanimemente os parlamentares estavam por engavetá-lo. Mas a luta eleitoral obrigou o PSDB e DEM a bancá-lo. Lula e seus aliados do PMDB ficaram na defensiva. Como arcar com o ônus eleitoral da ficha suja? A saída é negociar mudanças que neutralizem os efeitos do projeto e ninguém saia como defensor da candidatura de ficha suja. Não há como ser político da burguesia sem depender da corrupção, das falcaturas e das quadrilhas que agem no seio do Estado.

A oposição resolveu a provar, com apoio de parlamentares petistas, um reajuste aos aposentados de 7,7%, contrariando o governo; também resolveu apoiar a eliminação do fator previdenciário, criado por eles mesmos, no governo de FHC. Lula, em nome do orçamento, prometeu vetar a duas decisões. O que pretende a oposição? Mostrar para os assalariados e aposentados que a política popular de Lula é um blefe. Por aí caminha a caça aos votos dos explorados. Uns mentem de um lado, outros desmentem mentindo do outro.

Há que trabalhar com afinco pela construção do partido revolucionário. O seu desenvolvimento embrionário impossibilita uma ampla intervenção para desmascarar a política burguesa de arregimentação dos oprimidos por trás dos partidos capitalistas. Em outubro, os explorados irão às urnas para digitar o voto sem ter a consciência de que estarão

auxiliando a burguesia a resolver suas disputas de poder. A luta do POR se concentra na defesa do programa de defesa da vida das massas, da revolução proletária, da aliança dos explorados da cidade e do campo e da conquista do governo operário e camponês.

1º de Maio e as eleições

Era de se esperar que a CUT, Força Sindical e CTB, ou seja, PT, PDT e PCdoB, usassem as festividades do 1º de Maio para Lula discursar em favor de Dilma. José Serra também foi convidado. Mas seria tolice pôr os pés no curral do adversário. Cabe apenas assinalar o quanto a burocracia sindical está comprometida com o Estado burguês e o quanto usa uma data cara à luta da classe operária para fins bastardos.

O que não era de se esperar é que a esquerda, com disfarces, fizesse do 1º de Maio uma festividade e o usasse como palanque para apresentar três candidaturas: a do PSTU, do PSOL e do PCB. Evitaram expor as diferenças e discursaram pela unidade das esquerdas. Hipocrisia! Pura hipocrisia. Em 2005, estavam unidos em torno da candidatura de Heloisa Helena do PSOL.

A Frente de Esquerda que parecia ter feito o milagre de unir centristas, socialdemocratas e estalinistas terminou em acusações. A dita “alternativa de esquerda” fracassou no seu primeiro teste, expondo o acordo oportunista da frente de esquerda. Agora, divididos e abarrotados de denúncias mútuas, se apresentam com três caras como se no 1º de Maio de 2005 não tivessem feito a apologia da unidade eleitoral e não estampado em suas propagandas a figura de Heloisa Helena. Não por acaso, PSTU, PSOL e PCB fizeram do 1º de Maio um convescote melancólico. A LER arrastou uma centena de estudantes e fez barulheira nas beiradas da Praça da Sé, como se fosse demonstração de independência. Em 2005, criticou a frente de esquerda, mas liberou o voto no PSTU.

PCO decidiu que são os únicos revolucionários e há algum tempo tornou o 1º de Maio uma data particular de sua organização. A fórmula do exitismo é composta de churrasco, maionese e um longo discurso de Rui Costa Pimenta, candidato pelo PCO à Presidência da República, no anfiteatro do Trasmontano, seguido de uma pequena passeata. Segundo seu jornal, caberá ao congresso aprovar o nome do “presidente nacional do partido”. Pura formalidade. Rui é propagandeado pelo jornal como caudilho partidário. No programa apresentado no jornal Causa Operária, Rui conserva a revisão da estratégia feita quando ainda era uma corrente do PT – de governo operário e camponês para governo dos trabalhadores. Na época, usou a revisão para defender o voto em Lula. No ato de 1º de Maio no Trasmontana, Rui se apresentou como candidato.

Como se pode ver, não houve um 1º de Maio proletário, de luta e revolucionário. Esse quadro expressa a crise de direção e o tremendo refluxo por que vem passando o movimento operário. As esquerdas que se guiaram pela política do PT reformista e da sua burocracia sindical estão em um impasse. A ruptura realizada e a oposição as têm levado à cisão da CUT por meio da Conlutas e da Intersindical. Estão convencidas de que essa é a via para se construírem e se tornarem uma força eleitoral no futuro.

A atuação da esquerda legalizada na democracia eleitoral

As condições para legalizar o partido são draconianas. Via de regra se frauda as exigências. O que faz parte do funcionamento da democracia burguesa.

O problema está em que a esquerda que se reivindica do marxismo e que obteve a legalização não tem penetração no proletariado. Não dirige uma fração dos explorados contra o capitalismo. Cada uma, a sua maneira, reivindica o programa e lança seu candidato à Presidência da República. Acaba por se diluir em meio à maciça campanha dos partidos burgueses.

A posição de uma frente de esquerda para atuar nas eleições não é descabida, mas tem descabido em oportunismo e negação da tarefa de defesa do programa da revolução. A aparição de quatro candidaturas se reivindicando do socialismo abstrato traz mais confusão do que esclarecimento. O espectro vai do oportunismo ao sectarismo.

O fracasso da frente de esquerda oportunista de 2005, que aglutinou o socialdemocratismo do PSOL, o pretenso trotskismo do PSTU e o estalinismo renovado do PCB, deu lugar ao estilhamento. O PCO pretende apenas ter acesso a alguns segundos que a lei eleitoral lhe faculta para atrair filiados e assim faz questão de se auto-isolar. Agarra-se ao exitismo. Não trava a luta no campo da esquerda e se nega ao frentismo.

A burguesia e seus partidos têm em seus planos o objetivo de cassar a possibilidade dos pequenos partidos, chamados de nanicos, de ter acesso às verbas eleitorais e ao tempo nos meios de comunicação. Segundo os dados, estariam nessas condições 10 partidos, que custariam aos cofres públicos 37 milhões de Reais. Tirando os partidos de esquerda, os demais são legendas de aluguel. Mas todos são colocados no mesmo saco.

PSTU, PSOL, PCB e PCO custariam cerca de 13 milhões em tempo gasto, pouco mais de 40 segundos para cada um. Comparados com os bilhões dos partidos oficiais, recebidos do Estado e dos empresários, não é nada. Mesmo assim, mais uma vez a burguesia coloca em tela a meta de liquidar os partidos que não têm uma bancada parlamentar. A norma que se quer aplicar é de que o partido deve obter 5% dos votos para a Câmara, distribuídos no mínimo em 9 estados da federação.

Lembremos que o PCO teve sua candidatura cassada nas eleições de 2005 sob alegação de que não havia prestado conta do financiamento recebido. De nada adiantou que o partido comprovasse. A tendência é de se pôr fim ao direito das correntes de esquerda usar os recursos do Estado para atuar nas eleições.

A democracia no capitalismo se tornou restritiva, por força do custo das campanhas e das exigências legais. O Brasil não foge a essa regra. O espaço de manobra que ainda permite a presença dos partidos de esquerda incomoda a burguesia. A sua direita quer pôr fim a essa possibilidade. E acabará por fazê-lo.

O fato de nenhuma das correntes expressar alguma camada popular e ter baixo desempenho eleitoral anima a reação a restringir ainda mais o código eleitoral. A luta pelas reivindicações democráticas depende não de atuar nas eleições, mas fundamentalmente de se organizar a fração revolucionária no seio do proletariado, com o programa e os métodos revolucionários. Ao se adaptarem ao calendário e horário eleitoral as candidaturas de esquerda se afastam da tarefa de combater a ditadura de classe da burguesia.

1º de maio da Praça da Sé: eleitoreiro e festivo

Desde 1999, algumas organizações ligadas às esquerdas do PT, ao PSTU, à Pastoral da Terra realizam o 1º de maio na Praça da Sé, na capital paulista, para se contrapor às megafestas das centrais pelegas, como CUT e Força Sindical.

Desde 2004, quando se consolidou o governo Lula, o ato ganhou importância política para as correntes organizadoras. A oposição à CUT podia então ser aberta e alimentada pela política divisionista que se iniciava no PSTU e logo mais pelo o PSOL.

Nesses primeiros anos, diversas correntes chamavam o 1º de maio e buscavam impulsioná-lo, embora desde o início o ato tenha se mostrado de vanguarda, mesclado de religiosidade, uma vez que ocorria em frente à Catedral da Sé, após a “missa do trabalhador” e tinha como um dos organizadores o setor da Igreja - Pastoral Operária.

Como sempre, a fala no ato e na passeata era reservada aos grupos “organizadores”. Ou seja, aqueles que não assinavam os panfletos convocatórios, com a política centrista ou reformista, não organizavam o ato a partir de seus aparelhos sindicais, não poderiam ter voz no dia 1º de Maio. Esse traço bu-

rocrático não se distancia muito da política burocrática das grandes centrais. As festas, os shows e as premiações aparecem na história da Força Sindical e da CUT, como consequência de uma política burocrática que já alimenta a despolitização e reproduz, no dia 1º de maio, o autoritarismo no interior dos sindicatos.

Nos últimos anos, a situação se agravou. Formalizado o rompimento com a CUT e a consolidação do PSOL como partido que reedita o reformismo do PT, não sobrou para o dia 1º de maio, organizado por esses partidos, um dia de “luta”. Agora não há mais passeata, a atividade de todo o dia se reserva ao ato festivo, que dura poucas horas. A passeata que permitia a caminhada pelas ruas do Centro, dando mais visibilidade ao próprio ato, foi abolida pelos partidos organizadores.

O 1º de maio da Sé não é proletário. Carrega os vícios da burocracia sindical e a festividade, quando se trata de defender as reivindicações e os métodos de luta da classe operária. Neste Maio de 2010, as correntes organizadoras deram o tom eleitoral e encerraram com os discursos dos candidatos à Presi-

dência da República. Plínio discursou pelo POL, Zé Maria pelo PSTU e Ivan Pinheiro pelo PCB. Entre um discurso e outro, grupos musicais se apresentavam e santinhos da campanha eleitoral forravam a Praça da Sé. Os organizadores pisavam em ovos para não expor o fracasso da Frente de Esquerda e a discordância do PCB em relação à fundação da nova Central pela Conlutas e Intersindical. A falta de uma política operária reflete a ausência da própria classe operária em seu ato. Nem mesmo a vanguarda operária dos partidos organizadores compareceu, somente parte da juventude e dos movimentos sociais. O ato, portanto, mostrou a debilidade do PSTU e PSOL às vésperas de um congresso tido por eles como um “um marco na história do sindicalismo”.

O Partido Operário Revolucionário (POR) participou do 1º de Maio da Praça da Sé. Divulgou o panfleto defendendo as reivindicações vitais, o método da ação direta e a estratégia para pôr fim ao capitalismo e implantar o comunismo (publicado no Massas 391). Expôs seus materiais políticos e atuou em torno em defesa do programa proletário.

Bahia

1º de Maio em Salvador mostra o burocratismo, a fragmentação organizativa do movimento operário e o fracasso da frente de esquerda

O 1º de Maio tem representado historicamente para os trabalhadores e o movimento operário uma data de manifestações, atos, passeatas, etc. em que os explorados expressam seu inconformismo frente aos governos e ao Estado burguês, apresentam suas reivindicações e demonstram sua solidariedade à luta dos explorados em numerosos países. Entretanto, nos últimos anos, frente ao processo crescente de burocratização e estatização dos sindicatos e centrais pelas burocracias que os controlam, a data histórica tem sido muito mais um momento de afirmação da política de conciliação de classes, de apoio ao governo burguês de Lula/PT e distracionismo das massas frente à crise e os ataques por parte dos capitalistas.

Em Salvador, o 1º de Maio foi marcado pela profunda fragmentação do movimento operário em várias organizações, cada uma delas controlando uma parcela dos trabalhadores e demais explorados. As principais centrais sindicais (CUT, CTB, Força Sindical etc.) fizeram separadamente os seus atos, atraindo uma parcela dos assalariados. Seus atos foram marcados pela política de elogio à política do governo Lula frente

às direções burocráticas, à economia e à crise capitalista, pela conciliação com os patrões e pelo apoio à candidatura de Dilma Rousseff. A Força Sindical transmitiu o seu ato por um canal de TV local, sorteando motos e carros.

A militância do Partido Operário Revolucionário (POR) participou do ato dirigido pela Conlutas e Intersindical, a frente do qual estiveram o PSTU, o Psol e o PCB. Ficou claramente demonstrado o caráter vanguardista do ato, com a participação de um pequeno número de militantes das organizações. Esteve ausente a base dos sindicatos dirigidos pelos partidos e filiados à Conlutas e à Intersindical. Pelo jeito, PSTU, Psol e PCB sequer mobilizaram a pequena base que dirigem no Estado da Bahia. Com isto, o ato apresentou-se esvaziado.

O POR distribuiu uma nota com uma análise sobre o significado histórico da data, a conjuntura atual em que os atos acontecem no Brasil e no mundo todo, marcada pela crise estrutural do capitalismo e pelos ataques aos direitos e conquistas da classe operária e demais explorados, além do controle férreo da burocracia sindical sobre a esmagadora maioria dos traba-

lhadores no Brasil e a política de conciliação que promovem diante do governo Lula, dos governos estaduais e municipais, além dos acordos realizados em prejuízo dos trabalhadores. Além disso, o ato do 1º de Maio já ocorre no início da campanha eleitoral dos partidos burgueses, que tentam arrastar as massas para o campo de disputa das frações burguesas em torno do poder do Estado e do gerenciamento dos negócios da classe dominante e da crise capitalista.

A militância porista destacou a necessidade de fazer um balanço crítico dos dois mandatos do governo Lula/PT e do papel da esquerda frente a esse processo. Demonstrou que o PT foi talhado para se tornar um partido da ordem capitalista e que, para tanto, teve de tornar difícil qualquer militância revolucionária em seu interior, provocando a saída das correntes que se reivindicavam socialistas, como o POR. Portanto, antes de chegar ao poder, o PT assumiu o poder em vários Estados e municípios e acenou concretamente para a burguesia (industriais, comerciantes, banqueiros etc.) e para os latifundiários que se torna um partido da ordem capitalista e, portanto, capaz de gerenciar os negócios comuns da burguesia e a crise capitalista no Estado.

Realce-se que correntes como o PSTU (antes Convergência Socialista) e grupos do atual Psol, quando no interior do PT, alimentaram a ilusão da possibilidade de um governo dos trabalhadores saído das eleições, que poderia concretizar as as-

pirações dos explorados à frente do Estado capitalista. Tanto que, nas eleições de 2002, o PSTU chamou o voto crítico no candidato Lula. Portanto, o POR destacou o compromisso histórico dessas correntes com a eleição de Lula e com a estratégia do governo dos trabalhadores, em oposição à Revolução e Ditadura Proletárias.

Diante das lutas travadas pelos trabalhadores, camponeses, estudantes e sem-tetos em nosso país, e, no plano internacional, das mobilizações dos trabalhadores e explorados em vários países da Europa, com greves, manifestações massivas e enfrentamento da repressão policial, o POR chamou a solidariedade do conjunto da militância revolucionária à luta de classes e ação direta das massas em defesa de suas reivindicações mais elementares, contra as conseqüências perversas da crise sobre os trabalhadores e desempregados e combate às medidas de criminalização e de ataque dos governos dentro e fora do país.

Enfim, o POR defendeu a necessidade de enfrentar a crise econômica, os ataques dos Estados, governos e capitalistas, o desemprego e a política de conciliação da burocracia sindical com o programa de transição nas mãos, o que significa empunhar as consignas de escala móvel de horas de trabalho e de salários, salário mínimo vital, expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses, defesa das reivindicações mais elementares das massas no campo da educação, da saúde e da moradia.

Apontamentos históricos sobre o 1º de Maio

A burguesia procurou desde cedo desvirtuar a data do 1º de Maio, extraindo-lhe o conteúdo histórico e o significado revolucionário da luta de classe. Reproduzimos a posição do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, entre 15 e 22, no Centro Galego, da Rua da Constituição, cujo encerramento ocorreu no Teatro Lucinda, Rio de Janeiro. Eis a resolução:

“Como comemorar o Primeiro de Maio”

“Considerando que o operariado, agrupando-se em sociedade de resistência, afirma por esse simples fato a existência de uma luta de classes, que ele não criou, mas que se vê forçado a aceitar;

Que as condições econômicas, fonte de toda a liberdade, são, para o proletariado, péssimas, e que o trabalho está escravizado sob o peso das injustiças, tanto que, para melhorá-lo ou libertá-lo, os trabalhadores não têm outro recurso contra o poder e a riqueza acumulados nas mãos dos patrões, senão a associação e a solidariedade dos seus esforços;

Que, portanto, não se pode realizar uma “festa de trabalho”, mas sim um protesto de oprimidos e explorados;

Que a origem histórica do 1º de Maio, nascido da reivindicação, pela ação direta, das 8 horas de trabalho, na América do Norte, e do sacrifício das vítimas inocentes, em Chicago, impede que essa data seja mistificada pelas festas favorecidas por interessados na resignação e imobilidade do proletariado;

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro verbera e reprova indignamente as palhaçadas feitas no 1º de Maio com o concurso e complacências dos senhores;

Incita o operariado a restituir ao 1º de Maio o caráter que lhe compete; de sereno, mas desassombrado, protesto, e de

enérgica reivindicação de direitos ofendidos ou ignorados;

Estimula vivamente as organizações operárias à propagação das reivindicações, afirmando o 1º de Maio;

E envia ao operariado francês a mais ardente expressão das suas simpatias e solidariedade, mostrando-o como modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil”;

“Considerando que o fato do governo tornar o feriado o 1º de Maio equivale a subornar um adversário que o ataca; o que é, portanto, uma mistificação perniciosa;

O Congresso aconselha aos operários e respectivos sindicatos, que, no caso de ser decretado feriado, inicie forte propaganda no sentido de patentear a incompatibilidade da adesão do Estado à tal manifestação; que é revolucionária e de luta de classes, apontando o seu trágico epílogo a 11 de novembro de 1889”

Nos dias 8, 9, 10, 11 e 13 de setembro de 1913, ocorreu o Segundo Congresso Operário Brasileiro. Nele, também se tratou do 1º de Maio. Eis a formulação:

“Esta data, que antes da realização do ‘Primeiro Congresso’ vinha sendo mistificada pela burguesia, desde 1906, tem sido comemorada pelo proletariado consciente de todo o país de maneira digna, não como festa, mas como o seu verdadeiro caráter de protesto contra a opressão patronal; lembrando os fatos ocorridos em 1886, na cidade de Chicago, sementeira de novas e sérias lutas para a conquista de direitos, que há séculos são arrancados ao operariado universal.”

(As resoluções se encontram no livro “Alvorada Operária”, de Edgar Rodrigues)

Por uma única central operária, democrática e de luta de classe

Está se aproximando o Congresso de unificação da Conlutas com a Intersindical, que tem por objetivo fundar uma nova central. Espera-se que delegados de todo o país dêem nascimento à nova organização. As plenárias para a eleição de delegados vêm ocorrendo. Inúmeras teses foram publicadas, sendo as da Conlutas e da Intersindical as principais. Um aspecto central refere-se ao caráter da nova Central. Em torno dele há diferenças, que inclusive foram usadas por um setor da Intersindical, do PSOL e pelo PCB para contestar a unificação. A nova organização deve se assentar tão-somente em sindicatos ou deve ser mais ampla abarcando os “movimentos sociais”, entre eles as organizações estudantis?

O POR se posicionou contrário à cisão da CUT e propôs em sua moção apresentada no Congresso da Conlutas que se constituísse uma fração revolucionária baseada em um programa de luta pela independência política e democracia operária, a ser travada dentro e fora da Central burocratizada e estatizada. Mas o processo de cisão avançou e nos dias 5 e 6 ocorrerá o Congresso de fundação da nova organização.

Já são seis as Centrais legalizadas, entre as quais se destacam a CUT, Força Sindical e CTB. É uma extraordinária profusão de Centrais. É bom recorrer à história do movimento sindical brasileiro, para se entender o fenômeno do estilhaçamento.

Assim que a classe operária pôs em pé os primeiros sindicatos e passou a atuar com seus métodos de luta, sentiu a necessidade de conquistar a centralização de suas forças em um organismo superior. O 1º Congresso Operário Brasileiro, de inspiração anarquista, realizado em abril de 1906, no Rio de Janeiro, fundou a Confederação Operária Brasileira (COB). Consta em seus objetivos: 1. Promover a união dos trabalhadores assalariados para a defesa dos seus interesses morais e materiais, econômicos e profissionais; 2. Estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado organizado, dando mais força

e coesão aos esforços e reivindicações, tanto moral quanto materialmente; 3. Estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores servindo-se, para isso, de todos os meios de propaganda conhecido, notadamente de um jornal que se intitulará “A Voz do Trabalhador”. (...)

Na introdução da resolução de fundação da COB, fundamenta-se a necessidade da centralização: “que o desenvolvimento da indústria faz-se no sentido de exigir de todos os trabalhadores, sem distinção de ofício, uma solidariedade cada vez mais estreita, tendendo a abolir as barreiras que separam as corporações de ofícios. Embora a COB se constituísse sob o princípio federativo, conservando o corporativismo dos sindicatos, indicava a necessidade de centralização nacional do proletariado nascente. Em 1913, já não sobrevive, tamanha a repressão e as dificuldades políticas própria da classe operária incipiente. Mas a tarefa permaneceu latente.

Em 1946, agora sob a influência do Partido Comunista Brasileiro, no Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, foi colocada a proposta de constituir uma Confederação Geral dos Trabalhadores. A burocracia direitista e diretamente vinculada ao Estado rompeu o Congresso justamente por essa questão. O PCB e sindicalistas fundaram a CGT, a despeito da cisão liquidacionista dos ministerialistas, como eram chamados os burocratas vinculados ao Estado. Imediatamente, o Ministério do Trabalho autorizou que a direita sindical montasse a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), em um nítido ataque à unidade organizativa da classe operária. O PCB foi colocado na ilegalidade e sua militância perseguida. A CGT teve o mesmo fim.

Na década de 50, com a retomada das lutas, avivou a necessidade da centralização. O movimento sindical estava em boa parte sob o controle do PTB nacionalista e do PCB estalinista. A solução foi a de estabelecer pactos: Pacto de Unidade Intersindical, motivado em

1953 por greves que se espalharam em São Paulo; Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), formada em 1958, na Guanabara, que encabeçou importantes manifestações; Pacto de Unidade e Ação, em 1960. Não faltaram iniciativas de agentes da burguesia para bloquear a unidade organizativa dos explorados. Assim organizou-se o “Movimento Democrático Sindical”, o “Movimento de Renovação Sindical”, “Frente Nacional do Trabalho” e “Confederação dos Trabalhadores Cristãos”. A Igreja, como se vê, serviu de instrumento para a classe capitalista agir contra a organização unitária.

Mas em 1962, nacionalistas e estalinistas, sob pressão das mobilizações operárias, puseram-se de acordo em formar o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Ocorre que a estrutura sindical varguista estava montada, com suas federações e confederações. Havia a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), que servia de correia de transmissão da política de Estado no movimento sindical. Apesar das tentativas do PCB e da ala esquerda do PTB de incorporá-la no CGT, permaneceu como aparelho de divisão da classe operária.

A burguesia sentiu a necessidade de disciplinar as organizações de massa, assim que a classe operária se despontou na luta de classe e indicou que caminhava para uma centralização. O Estado passou a intervir cada vez com mais rigor nos sindicatos, principalmente a partir da chamada Revolução de 30 e do Estado Novo de 37. Verificamos que o Estado não só estabelece uma legislação disciplinadora e estatizante dos sindicatos, como também atua diretamente para formar a burocracia divisionista. Por outro lado, a Igreja age de acordo com o Estado, usando sua estrutura e poder para fomentar a burocracia sindical cristã, de forma a também cindir o movimento operário.

As iniciativas de constituir uma Única Central foram, assim, abortadas. O exemplo do CGT foi o mais significativo, uma vez que a classe operária se achava

mais desenvolvida e com maior capacidade de luta, alcançada pelo avanço da grande indústria desde a década de 50. O golpe militar de 1964 foi desfechado para bloquear o desenvolvimento organizativo do proletariado – entre outras razões, essa é a principal. A partir de 1968, a ditadura se consolidou e a classe operária foi obrigada a refluir profundamente.

A retomada das lutas, em fins da década de 70 e inícios de 80, tendo os metalúrgicos do ABC à frente, reavivou a tarefa de criar uma nova Central. O movimento pró-Central Única contou com a oposição dos burocratas das federações e confederações, e junto a eles, com a reprovação do PCB e PCdoB. Os obstáculos foram tantos que chegou ao ponto dos organizadores dos ENCLATs e CONCLAT acusarem a burocracia renitente e os estalinistas de divisionistas. De fato, resolveram realizar um Congresso paralelo, em novembro de 1983. Diz o documento da Secretaria: “Diante da necessidade da realização do CONCLAT, repudiamos qualquer tentativa divisionista de impedir a sua realização na data prevista por considerarmos que nenhuma instância tem legitimidade para passar por cima de decisões já tomadas”.

Em agosto de 1983, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora fundava a Central Única dos Trabalhadores. Para se afirmar como tal, teria de constituir uma direção capaz de expressar os instintos de combate do proletariado em programa revolucionário. Somente assim, seria garantida a independência política frente ao Estado, a plena democracia operária, a aplicação dos métodos próprios dos explorados, o avanço das reivindicações e a proliferação de organismos de base no seio das fábricas e outros locais de trabalho.

A CUT, para se firmar perante a classe operária como Central Única implicava centralizar os combates nacionalmente, de

forma que caminhasse para a derrota dos divisionistas. Mas, sob a direção do PT, portanto do reformismo, foi sendo adaptada à democracia burguesa e cooptada pelo Estado. A burocratização e estatização da CUT fortaleceram a oposição sindical direitista, como a Força Sindical, logo vieram outras variantes aparelhistas (CGT, UGT, etc.). Já não havia razão para a burocracia, que se autodenominava de “sindicalistas autênticos”, reclamar a unidade organizativa dos assalariados.

No interior da CUT, o divisionismo foi alimentado, por razões distintas. Os estalinistas do PCdoB, aliado a burocratas, romperam com a Central e formaram a CTB. Estiveram contra a fundação da CUT em 83, depois a ela aderiram em razão de sua crescente influência, e recentemente aproveitaram a reforma sindical para pular fora e constituir seu próprio aparelho. O que esteve em jogo para os estalinistas foi o processo de reconhecimento das centrais pelo Estado e a distribuição do milionário imposto sindical. Mas antes, duas outras cisões ocorreram, a liderada pelo PSTU que formou a Conlutas e a pelo PSOL, com a Intersindical. Ambas as tendências questionaram a burocratização, a eliminação da democracia e a estatização, embora o conteúdo que dão esses aspectos não emana do programa da revolução e ditadura proletárias. O fato é que constituíram duas cisões minoritárias que não têm como avançar em termos de força aparelhista.

A unificação da Conlutas com a Intersindical se impõe em razão de so-

brevivência. O processo de rompimento com a CUT se dá em um período de refluxo da classe operária e de controle da burocracia. O ingresso de um enorme contingente de sindicalistas no aparato do Estado, facilitado pelo governo Lula, e a aproximação da CUT com a Força Sindical, que também passou a ser governista, permitiram o reordenamento por meio da regulamentação da distribuição do imposto sindical. É nessas condições que ocorrem as cisões da Conlutas e Intersindical. Não houve uma rebelião da classe operária ou de uma importante fração para que o rompimento fosse uma exigência da luta de classe e necessária para seu desenvolvimento. Eis por que a tarefa era e é a de organizar a fração revolucionária, que poderia ser uma frente das forças que lutam pela expulsão da burocracia e desestatização da CUT.

Não se pode perder de vista a tarefa histórica de constituir uma única central, operária, democrática e revolucionária. A divisão e a montagem de um novo aparato sindical não favorecem a luta pela centralização nacional do proletariado, que é uma tarefa revolucionária. Não se trata de armar uma burocracia de esquerda, que maneja os princípios da independência política e da democracia operária. Mas se trata de construir uma direção revolucionária, marxista, para o movimento operário – uma direção que atue no seio dos explorados e defenda a independência das organizações de massa existentes, controladas pela política burguesa por meio da burocracia.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Balanco da Greve dos Professores-SP 2010



Uma resposta tardia e bloqueada pela direção da Apeoesp

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Em defesa da Revolução Cubana

- Defender as conquistas da revolução!
- Combater o imperialismo!
- Empunhar o programa da revolução política!



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Direito à autodeterminação do Irã: Total liberdade de produzir energia nuclear e armas atômicas



A política proletária de defesa do Irã contra o intervencionismo imperialista

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Declaração do POR sobre os crimes da ditadura e a Lei da Anistia

STF livra torturadores

O reacionarismo do Supremo Tribunal Federal (STF) é conhecido. Não poderia ser diferente. A sua função precípua é a de proteger a propriedade privada dos meios de produção. Dela, tudo depende. O que tem a ver a decisão de manter os torturadores e assassinos de militantes de esquerda que enfrentaram a ditadura militar com armas ou que foram considerados simplesmente comunistas? Tem a ver com a defesa do Estado, que no caso foi expresso pela ditadura militar.

O STF poderia se comportar como a Justiça na Argentina que abriu o processo contra importantes autoridades e não violar sua função de proteger a propriedade privada e o Estado. De fato, o julgamento e a condenação de alguns generais, torturadores, assassinos e seqüestradores de bebês não afetam o cimento do capitalismo. Pode, inclusive, servir de bálsamos para refrescar as feridas nacionais, sem dúvida muito mais profundas que as cicatrizes deixadas pelo regime militar no Brasil.

Nessa diferença, residem as distintas posições dos STFs. Na Argentina, foram cerca de 30 mil mortos e desaparecidos, um gigantesco número de mutilados físico e psicologicamente pela tortura. O assassinato de mães gestantes e o arrebatamento dos filhos se tornaram escândalo mundial. A barbárie da ditadura foi levada ao extremo dos campos de concentração do nazifascismo. A violência estatal na Argentina só tem paralelo, na América Latina, com a da ditadura de Pinochet no Chile.

Em ambos os países, mais ainda na Argentina, a defesa da propriedade privada pelo STF se traduziu em realizar condenações selecionadas. A burguesia argentina entendeu que era melhor fazer uma assepsia nas feridas que ainda sangram. Os militares e policiais que praticaram a barbárie – uma pequena parcela dos responsáveis – deveriam fazer um segundo sacrifício à Pátria capitalista sendo sujeitados às condenações, que serão frouxas. Colocado um novo selo de civilidade, é como se a bandeira argentina fosse recém-inaugurada. Esse caminho era o melhor, depois de anos de luta das mães da Praça de Maio.

No Brasil, os militares da ditadura vão à televisão, defendem o golpe de 1964, se auto-elogiam de salvadores na nação contra o comunismo, assim deformam a história e mentem sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos. O seu Clube Militar é uma trincheira de resguardo dos valores do golpismo e de suas façanhas repressivas. As novas gerações de militares são formadas sob os fundamentos de 1964, apesar das instruções sobre democracia, cidadania etc.

A via civilizadora encontrada foi a que se chamou “Direito à Verdade”. O Estado, sob o governo Lula, se encarregou de publicar um belo livro de tão bem produzido com a lista de mortos e desaparecidos, cuja tiragem servirá para os anais de história e as bibliotecas de alguns pesquisadores. Fez-se o reconhecimento das arbitrariedades e o Tesouro expediu cheques de indenização aos atingidos ou aos familiares dos mortos e desaparecidos. Encontrou-se a “Verdade” e indenizou-se a “Memória”.

Os militares da ditadura não gostaram, mas não reagiram.

Apenas reclamaram que haveria também de indenizar os seus heróis mortos em combate à guerrilha urbana e rural. Heróis que se pode contar nos dedos. Como parte da Verdade, montou-se uma expedição para procurar os cerca de 50 corpos de guerrilheiros do Araguaia. Logo a farsa foi posta de lado.

Sob o governo de FHC, foi encontrada em valas comuns a ossada de desaparecidos no cemitério de Perus, em São Paulo. Amontoaram os restos mortais das vítimas da ditadura em um depósito e até hoje não houve identificação. Há uma recente ordem para que se proceda os exames de DNA, antes que a ossatura se torne pré-histórica.

Segundo a Secretaria dos Direitos Humanos, os militares deveriam entregar os arquivos do período da repressão, para que fossem abertos. Os generais mentiram que haviam sido queimados. Recentemente, comunicaram a localização dos arquivos. Pela lei, nenhum documento secreto pode ser destruído sem que haja registro e responsável pelo ato. Os militares deveriam apresentar a comprovação da queima. A melhor saída foi a de entregar algum arquivo e não prestar conta da parte mais sensível dos documentos que registram os crimes da ditadura que foram queimados ou desviados.

Os generais, com apoio do Ministério da Defesa, ocultam parte dos acontecimentos, deformam a história e mentem a vontade. E para quê? Para proteger a instituição armada da apuração da violência reacionária desfechada contra os opositores da ditadura, que pegaram ou não em armas. Para livrar algum torturador ou responsável por assassinatos de presos políticos de um processo e uma condenação de prisão domiciliar ou algo parecido.

Como é que o STF iria considerar os torturadores como réus de crime hediondo, inafiançável? Como é que a OAB poderia confiar em uma ação de revisão da Lei de Anistia que foi confeccionada pelo último ditador – general Figueiredo – com a conivência da oposição “democrática”? Achavam que o STF poderia respeitar a assinatura do Brasil no acordo de Direitos Humanos da ONU, que tem a tortura como crime não anistiável?

O argumento de Gilmar Mendes estava na ponta da língua: a Lei da Anistia antecede a assinatura do tratado de Direitos Humanos. Mas o argumento jurídico é tão-somente um álbi. O tratado internacional não foi feito para ser cumprido. Os Estados Unidos praticam a tortura ao bel prazer e é um dos seus iminentes signatários.

O ministro do STF, Eros Grau, estava à vontade para em seu longo relatório para concluir que a Lei da Anistia era irrevogável, nenhum torturador podia ser importunado. Ele mesmo foi um preso político e afirma ter sido torturado, portanto estava em posição moral para no seu relatório conceber o esquecimento do passado e apregoar a concórdia nacional.

Os gritos dos militantes submetidos a espancamentos, choques elétricos, queimaduras, telefones, coroas de cristo, afogamentos e outros métodos de barbárie ficaram, no final das contas, ensurdecidos pelos porões da ditadura. O ministro Ayres Britto votou a favor da revisão e da punição aos torturadores.

Eis uma de suas justificativas: “O torturador experimenta o mais intenso dos prazeres diante do mais intenso dos sofrimentos alheios. (...) O torturador é uma cascavel que morde o som dos próprios chocalhos.”

Tais imagens grandiloquentes proferidas na mais alta Corte são absolutamente verdadeiras. Mas o que se estava em julgamento não era a tara dos torturadores, mas sim os crimes da ditadura. A questão era se a democracia seria capaz de assumir para si a tarefa de apurar até o fim a violência do regime militar e punir não só os torturadores e assassinos mas também os responsáveis diretos e indiretos.

As forças burguesas e pequeno burguesas que se acham na esquerda do espectro da democracia burguesa já haviam demonstrado que não pretendiam ir tão longe, bastava um ajuste de contas jurídico. É o que pleiteou o movimento de indenização, de abertura dos arquivos e de responsabilização dos torturadores. Tudo bem delimitado. A Lei de Anistia somente atravancava a apuração da tortura e assassinato de presos políticos, para fins judiciais.

A ação da OAB foi uma tentativa última dessas forças. O STF jogou a sua pá de cal e direcionou a questão: se quiserem vão até o Congresso e façam uma nova lei. Como se vê, os torturadores são os monstros apontados por Ayres Britto, mas a serviço de um poder e de uma política. O que estava em julgamento não era o monstro, mas sim um poder e sua política. Poder-se-ia separar o monstro da política, como se fez na Argentina e Chile, mas não era conveniente para a situação.

Ocorre que a democracia e a ditadura como regimes políticos do capitalismo se assentam em um mesmo fundamento histórico que é a ditadura de classe da burguesia. Eis por que não é possível a democracia burguesa extirpar os crimes da

ditadura, porque ambas respondem ao mesmo fundamento.

Tem sentido a explicação do general Leônidas Pires quando diz que graças ao regime militar hoje se tem uma democracia mais sólida. Os agentes do golpe de 1964 que interromperam a democracia reivindicam perante o parlamento, a justiça e as próprias Forças Armadas, ou seja perante a classe capitalista, o reconhecimento de seu papel histórico. Há esse reconhecimento quase generalizado nas hostes burguesas, mas com o reparo de alguns setores que consideram que o regime militar se excedeu em sua ação anticonstitucional. Haveria, portanto, de se fazer reparo aos excessos.

Pareceu que com o governo Lula as condições políticas seriam dadas. Mas logo se evidenciaram as contradições internas e os limites da democracia, que se constituiu como síntese do passado anterior e do pós 1964.

A tarefa de pôr às claras os crimes da ditadura não cabe à burguesia e suas instituições, mas sim ao proletariado e demais explorados. Como parte de seu programa de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, constam as reivindicações democráticas, entre elas o fim de todo documento secreto, a realização de uma investigação sobre a rede de envolvidos nas torturas, assassinatos e desaparecimento e respectiva punição.

Não serão os tribunais da burguesia que cumprirão essa tarefa histórica, mas um Tribunal Popular, baseado na organização da classe operária e dos demais oprimidos, edificado pelas lutas da maioria contra o capitalismo.

Abaixo a odiosa decisão do STF de proteger os torturadores e assassinos de homens e mulheres presos e indefesos!

Por um Tribunal Popular que seja livre para investigar, apurar os crimes da ditadura e punir os responsáveis!

Pedofilia na Igreja

A revelação de milhares de casos de abuso sexual de crianças por padres obrigou o Vaticano a reconhecer que se tratava de um crime. A pedofilia era conhecida há muito pela Igreja, foi ocultada pelo Papa e aturada como uma fraqueza dos “emissários de Deus na Terra”. Com a infinita misericórdia, os padres pedófilos descobertos eram transferidos, afastados. Mas o volume de denúncias cresceu ao ponto de nem o Estado, nem a Igreja poderem se isentarem.

A Igreja é uma poderosa instituição, a tal ponto que pôde manter na sombra por muito tempo a pedofilia. Ocorre que o fenômeno do abuso e do uso sexual tomou proporção assombrosa no seio da sociedade burguesa. O que se passa nos bastidores da sacristia é uma parte do que se passa no comércio do sexo infantil. A prática vinha e vem se estendendo tão acintosamente que o Estado se viu obrigado a tratar a pedofilia como um mal generalizado. Está aí por que a pedofilia dos cordeiros de Deus não mais teve como permanecer escondida nas alcovas da Igreja.

A prática antiga dos padres celibatários se tornou uma moda na atualidade do capitalismo putrefato, em que se manifesta todo tipo de tara e de deformações psicoemocionais. Mas

a odiosa pedofilia entranhada na Igreja expressa uma história de violência e ignomínia, com suas cruzadas, colonizações e instrumentalização capitalista.

A Igreja é produto da sociedade de classe. Atua de acordo com a dominação da minoria que detém a propriedade privada dos meios de produção sobre a maioria explorada. A sua função ideológica de escravizar a mente das massas se assenta na forma econômica de como a vida humana é reproduzida, se assenta na pobreza e miséria daqueles que só possuem a força de trabalho.

A Igreja e religião irão desaparecer com o fim da propriedade privada e da exploração. Extinguir-se-á como qualquer outra forma e espécie de opressão do homem sobre o homem. Enquanto existir a divisão de classes, a Igreja existirá e expressará toda a sua podridão. O programa socialista da classe operária tem em seus fundamentos científicos a constituição de um novo homem, coletivo e livre em sua individualidade como força criadora. As taras e deformações da sociedade mercantil serão corrigidas e extintas, desaparecendo as formações históricas próprias da exploração e opressão do homem pelo homem.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Burocracia da Apeoesp aprova a reposição de aulas

Depois de uma greve que durou mais de um mês e que foi suspensa por exigência do governo para abertura de negociação, a assembleia do dia 7 de maio foi esvaziada. Os professores não compareceram, recusando a perder mais um dia de trabalho. Não confiaram no chamado da direção que, no momento da suspensão da greve, dizia que o movimento retomaria no dia 7, caso o governo não atendesse as reivindicações. O governo abriu a negociação, não ofereceu nada e descontou os dias parados. A burocracia envergonhada não convocou os professores para a assembleia e deixou para o Conselho de Representantes, onde tem a maioria, a decisão de aprovar a reposição de aulas sem a garantia de retirada das faltas.

Uma greve que chegou a paralisar 60% dos professores e que realizou assembleias gigantescas, tinha as condições para enfrentar o autoritarismo do governo e a campanha nefasta dos meios de comunicações. Mas depois da terceira semana, diante do desconto dos dias parados e das ameaças de demissão, o que parecia gigante se esfacelou. É preciso tirar as lições da greve. A Corrente Proletária divulgou um folheto fazendo um balanço do movimento. A crítica política e a elaboração teórica permitem compreender a política das correntes que dirigem a Apeoesp frente à luta de classes, manifestada na greve. O objetivo é defender a greve como instrumento de luta para enfrentar os governos que vêm destruindo a educação e as condições de trabalho, combater a burocracia sindical que desmontou a greve por meio da passividade, criticar a conduta do PSTU e PSOL de apoiar a suspensão da greve e expor nossas posições e propostas para fortalecer a greve.

Nesse balanço, apontamos, também, como um dos graves erros a condução passiva, que deixou a greve morrer pelo tempo. O POR/Corrente Proletária defendeu que nenhum governo cede diante de uma greve passiva. Quando defendeu a radicalização da greve, estava defendendo a sua potencialização coletiva. Porém, as propostas foram combatidas pela direção da Apeoesp, que se enveredou pelo distracionismo (doação de sangue, pedágio etc), pelo sentimentalismo (culto religioso na semana santa) e pelo eleitoralismo (encontro com Dilma, Lula etc). Nesse terreno, quem tem mais força é o governo Serra/Goldman/Paulo Renato. Isso porque não são métodos próprios dos trabalhadores/grevistas. Está aí por que o papel da direção da greve é decisivo. A greve foi conduzida de forma frouxa e passiva. O governo golpeou-a para desmoralizá-la, contando a seu favor com as leis anti-greve, com diretores serviçais, com a longa duração e com o corte dos meios de sobrevivência (salário e emprego).

Os grevistas, agora, enfrentam individualmente as medidas punitivas. O calendário de reposição foi imposto, o recesso encurtado e os sábados se tornaram dias letivos. Os grevistas foram duramente atingidos. Nesse momento de refluxo, a defesa da greve se torna imperiosa. Isso porque parcela de professores procura descarregar o fracasso do movimento na greve e não na política que a conduziu.

PSTU quer encobrir sua responsabilidade

O PSTU, depois que defendeu a suspensão da greve, divulgou um balanço dizendo que “era possível derrotar o governo”. Disse que havia todas as condições para uma greve

forte, mas teve três problemas: 1) a greve não foi preparada pela direção majoritária; 2) que havia uma política deliberada de não denunciar o governo Lula/Haddad; 3) que o governo federal respaldou a truculência do governo estadual, porque adotou as mesmas medidas ao funcionalismo.

É verdade que a greve não foi preparada, que Lula e Serra adotam as mesmas diretrizes para a educação e que a direção petista apoiou Lula. O POR fez essas críticas no calor da greve. O problema estava, justamente, em como combater tudo isso que dificultava o avanço da greve.

A política do PSTU foi a de rejeitar a radicalização da greve. Defendeu com a direção majoritária o pedágio e **Não** aos bloqueios; colocou-se contra a ocupação e votou pela vigília; apresentou a proposta de “comissão de notáveis” (políticos) para interceder pela abertura de negociação e diante da repressão policial no Palácio, conclamou os grevistas a serem “responsáveis”. De nada vale, agora, criticar a direção petista, quando o PSTU esteve a todo o tempo aliado à sua política de condução passiva do movimento. O folheto da Corrente Proletária analisa o papel do PSTU na greve e assinala o quanto esse partido tem se adaptado à política da Articulação/PT na Apeoesp.

Burocracia desmoraliza o PSTU

A direção petista e o PCdoB, na reunião do Conselho de Representantes do dia 7 de maio, acusou o PSTU de não ser “leal”. Disse que o PSTU defendeu na diretoria o repasse do salário dos diretores ao fundo de greve. Mas como não houve acordo, o PSTU criticou a ala majoritária no Conselho. A burocracia ficou enfurecida, porque, segundo ela, já havia um acordo de discutir o problema numa próxima reunião de diretoria. Por isso, a “lealdade” referida tinha sido quebrada. Assim, para atingir o PSTU e desmascará-lo perante centenas de conselheiros, a burocracia propôs o desconto da greve e o corte de todos os subsídios concedidos aos diretores (uso de carros, cartão de combustível, vale alimentação, viagens, telefone celular com crédito ilimitado etc) até o final do ano. Chegou ao ponto de dizer que os carros seriam confiscados pela polícia, caso não entregassem imediatamente. Acusou o dirigente do PSTU de irresponsável porque “atropelou a decisão tomada pela diretoria.

A burocracia, que tem a chave do cofre, concede vantagens financeiras para setores da Oposição. Mas, em contrapartida, exige lealdade. Portanto, nada de denunciar o que se passa com o uso do dinheiro. O problema está em que a Oposição (30% da diretoria) se recusa a fazer a denúncia e acaba aceitando um ou outro benefício, com o argumento de que é para “a luta”, a exemplo do celular.

A utilização de qualquer recurso do sindicato deve ser uma decisão coletiva das assembleias. Quem decide o uso não é a diretoria e muito menos o diretor individualmente. Quem aprova ou desaprova é quem contribui para o sustento do sindicato.

Campanha dos sindicatos e das Centrais contra a criminalização

O PSDB e o DEM (Serra/Goldman/Kassab) exigiram que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) condenasse a Apeoesp e

Maria Izabel ao pagamento de multas, alegando “propaganda eleitoral antecipada negativa” contra Serra. O PSDB e DEM utilizam da Justiça para criminalizar o movimento grevista e golpear o sindicato por meio de multas.

Essa conduta dos governos e dos patrões de usarem a Justiça para condenar os sindicatos pelas greves e manifestações tem sido prática corriqueira, nos últimos anos.

Lamentavelmente, as direções sindicais não se colocam por

organizar a resistência dos trabalhadores para pôr abaixo as leis antigreve.

É fundamental que a Apeoesp, juntamente com outros sindicatos e Centrais, organize uma campanha junto aos trabalhadores para que possam defender nas ruas o fim dessas leis malditas.

Abaixo a indústria da multa às greves!

Direito irrestrito de greve e manifestações!

Municipais - SP

Balanço das eleições do CRUE -

Kassab elimina mais uma conquista dos trabalhadores

A eleição do Sinpeem para conselheiros foi realizada no último dia 16 de abril sem o abono de ponto. O abono para eleição sindical não foi uma dádiva de nenhum governo. Foi um direito arrancado por meio da luta pelos trabalhadores. O governo Kassab/DEM quebrou essa conquista. Alegou que a retirada do abono se deu em função de uma ação judicial movida por uma “mãe”. Falso. Tal determinação é parte de uma política que tem como objetivo enfraquecer os movimentos dos trabalhadores e seus sindicatos. Os governos, em seus diferentes níveis, têm criminalizado os movimentos e os organismos sindicais. Utiliza-se da Justiça (braço do governo) para julgar as greves como ilegais e descarregar multas altíssimas sobre os sindicatos, a exemplo das proibições de manifestações na Avenida Paulista e multas a Apeoesp.

Quando o governo quebra um direito, a tarefa colocada para a direção sindical é a de organizar os trabalhadores para garanti-lo, como no caso do abono de ponto no dia da eleição. Mas isso não ocorreu. Em inúmeros materiais, a ala majoritária ao invés de impor ao governo o direito conquistado, utilizou-se de uma suposta da ação impetrada pela “mãe”. Exigir o retorno desse direito, é uma tarefa fundamental.

O voto na Oposição

Uma parcela extremamente reduzida de trabalhadores em educação compareceu às urnas. Na última eleição, na qual ainda se garantia a conquista do abono, cerca de 26 mil associados foram votar. Desta vez, tivemos 3 mil votantes, isto é, não atingiu nem mesmo 10% do número de votantes da eleição anterior.

Por que o número foi tão baixo? Certamente, revelou despolitização para com a direção do sindicato. Pesa na despolitização, a política da burocracia de colaboração com as medidas do governo. Mas, apesar do baixo número de votantes, nas regiões onde havia candidato da Oposição, estes foram bem votados. Isso demonstra descontentamento de uma parcela da classe com a política da direção. O que aumenta a responsabilidade da Oposição em organizar esse pólo classista. Daí a importância do programa, da independência frente ao governo, da democracia sindical, dos métodos de defesa das reivindicações e do combate à burocracia que domina o aparelho do sindicato.

Lutar contra a estatização dos sindicatos

A direção do Sinpeem pouco a pouco foi impondo a con-

cepção de representatividade. Ou seja, a tarefa de lutar pelas reivindicações e avançar as conquistas deverá ser feita pelo presidente eleito. Criou-se a idéia do caudilho, do “iluminado”. Para construir essa política algumas medidas foram necessárias: 1) as subseções foram fechadas centralizando nas mãos de meia dúzia o sindicato; 2) as reuniões de Representantes (que poderiam cumprir um papel politizador) se limitam a explicar as portarias/decretos do Diário Oficial; 3) as intervenções, em número e tempo, foram ainda mais reduzidas; 4) os congressos deixaram de cumprir a função de organizar a luta contra o governo; 5) setores de Oposição foram impedidos de se manifestarem, haja vista o fim das teses e a implementação do texto-referência nos congressos; 6) as assembléias massivas e em locais abertos deram lugar às manifestações em local fechado; 7) o caudilho abriu inquérito para impedir que a Oposição criticasse sua conduta. Está aí por que a burocratização cresceu, o corporativismo ganhou força e a despolitização vem se impondo.

A burocracia do Sinpeem se utilizou dessas deliberações em função de seu atrelamento ao governo Kassab. O presidente do sindicato (Corrente Compromisso e Luta) é do PPS, base aliada do governo Kassab. Combater a burocratização e a estatização do Sinpeem é uma tarefa urgente.

Pôr uma Oposição de combate

No Sinpeem, não há uma Oposição assentada no programa da defesa da democracia operária, do método da ação direta e da luta conseqüente pelas reivindicações. Como não há esse programa, a Oposição aglutina correntes políticas e grupos independentes que criticam a política da direção caudilha. Não tem, dessa forma, um trabalho sistemático junto aos trabalhadores da educação e não discute coletivamente (em plenárias) as propostas para o movimento. Boa parte da Oposição se reivindica da Conlutas, mas não comparece como “alternativa” de combate à burocratização do sindicato.

A Corrente Proletária compõe a Oposição e trabalha com o objetivo de implantar as idéias revolucionárias (de luta) no seio da classe. Defende as reivindicações transitórias (escala móvel de reajuste salarial e de trabalho, salário mínimo vital, estatização de todo o sistema de ensino (das creches às universidades), fim da rede privada e das parcerias etc. Trata-se de um programa de defesa da vida dos trabalhadores e da educação pública.

Por um movimento de professores, estudantes e servidores combativo na UFBA, derrotar a burocracia da APUB

1. Os capitalistas e o governo Lula/PT

Os capitalistas (grandes comerciantes, empresários, banqueiros e financistas) nunca tiveram tantos lucros como nos dois mandatos do governo Lula/PT. Antes de chegar ao poder em 2002, o Partido dos Trabalhadores (PT) teve de acenar para a burguesia que se tornara um partido da ordem capitalista e que, diante da crise estrutural do capitalismo e do avanço da miséria e da barbárie social, constituía uma alternativa de gerenciamento do Estado e da economia. Para tanto, tinha um trunfo: o controle sobre a maior parte dos sindicatos, organismos e movimentos sociais.

A *Carta aos Brasileiros*, assinada pelo PT e Lula, assumindo o compromisso de respeitar os contratos, leis e negócios, significou o fechamento de um ciclo histórico do reformismo petista em nosso país e a conversão definitiva desse partido à propriedade privada. Desde o final do anos 1980, a direção petista procurou expurgar todas as correntes internas que se reivindicavam do socialismo e disciplinar, por meio do estatuto partidário, as organizações que se mantiveram no PT.

Ao chegar ao poder do Estado, o PT, em aliança com partidos burgueses, reproduz no parlamento as mesmas relações políticas para aprovar as leis, reformas e medidas provisórias. Como ocorreu em todos os governos burgueses anteriores, o Estado encontra-se fatiado entre as forças políticas da base do governo, incluindo o fisiológico e oligárquico PMDB (de José Sarney e Geddel Vieira), além de outros partidos como PP (de Maluf), PR (César Borges), PDT, PSB (de Ciro Gomes) e PCdoB.

O resultado de todo esse processo é que, hoje, os bancos podem exibir balanços financeiros robustos. O setor imobiliário e os empresários da construção civil saúdam os recursos no setor. Os latifundiários e o agronegócio comemoram a concentração de terras e o agigantamento de seu poder no campo. As multinacionais e o capital financeiro vêem seus negócios avançar no país e o imperialismo tece elogios constantes à postura de Lula como apaziguador dos conflitos e da luta de classes na América Latina.

Durante a crise econômico-financeira de 2008, o governo petista agiu como todo bom governo burguês, protegendo a propriedade privada e tomando todas as medidas para que os capitalistas pudessem retomar a acumulação de capital: colocou vastos recursos públicos à disposição da burguesia, incentivou o consumismo da população, avalizou os acordos de rebaixamento de salários e de perda de direitos dos trabalhadores frente aos patrões.

2. Os ataques aos explorados e o controle sobre organizações e movimentos sociais

E para os trabalhadores? Para estes, o governo Lula/PT mantém um salário miserável, promove ilusões no Estado burguês através do assistencialismo tacanho, impõe uma reforma sindical para maior controle da burocracia sobre os organismos do movimento operário (centrais e sindicatos) e uma reforma da previdência com maiores obstáculos à aposentadoria, disciplinou as diversas centrais e suas direções, através dos recursos estatais e distribuição de cargos em Ministérios, secretarias e fundos de pensão, mantém-se indiferente frente às mortes de camponeses por jagunços e policiais, à violência e à criminalização dos movimentos sociais no campo e na cidade, aplica uma política limitada de assentamentos para os sem-terras, sem qualquer avanço na “reforma agrária”, enfim, ilude os trabalhadores de que representa seus interesses, quando, na verdade, é serviçal da burguesia.

Os trabalhadores encontram-se divididos entre várias centrais

(CUT, CONLUTAS, INTERSINDICAL, FORÇA SINDICAL etc.). Esta fragmentação reforça o poder dos capitalistas e restringe a força do operariado, que se encontra fracionado e sem unidade de luta contra a burguesia, os governos e o Estado capitalista. A burocracia sindical, com as cisões, se reforçou, tornando-se um entrave para a luta de classes e para o avanço da unidade entre os explorados.

3. A educação, as universidades e o movimento estudantil

Tal como ocorreu na economia (a serviço dos capitalistas), na política (continuidade do fisiologismo), no social (assistencialismo, migalhas e salário de fome), nos direitos e conquistas (reformas neoliberais) e no movimento operário (fragmentação, burocratismo, contenção da luta de classes e cooptação das direções), o movimento estudantil passa por um momento de imobilismo, desorganização, apatia e despolitização.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), uma organização de lutas históricas, vegeta e há tempo se converteu em um aparelho burocrático sob domínio do stalinismo (PCdoB/UJS) e das correntes reformistas do PT. Sua direção se encontra disciplinada perante os ataques contra a educação e o ensino superior, perdeu a sua independência política frente ao Estado burguês, impõe duras derrotas aos estudantes de todo o país, apóia as medidas de socorro às universidades privadas, por meio do PROUNI, recebe enormes somas de dinheiro do governo, não encaminha qualquer campanha ou luta nacional, choca-se com as lutas espontâneas ou organizadas pelos estudantes, opõe-se às ocupações de reitorias, direciona as suas atividades para o parlamento e as instâncias burocráticas e cala-se diante da decadência das universidades públicas.

Por outro lado, como ocorre atualmente com o movimento operário (fragmentação, inúmeras centrais, etc.), o movimento estudantil encontra-se dividido em duas entidades: a UNE e, agora, a ANEL (antes CONLUTE). O grosso dos estudantes encontra-se sob controle da burocracia petista e stalinista, que, depois da saída do PSTU, reforçou-se ainda mais para continuar controlando as lutas estudantis. A divisão levada a cabo pelo PSTU, diferente de reforçar o movimento estudantil e contribuir para a sua organização, aprofundou mais ainda a sua crise e contribuiu para o reforço do poder da burocracia sobre o conjunto dos estudantes.

4. A situação da APUB e do movimento docente na UFBA

A situação política das associações e sindicatos dos professores das instituições federais de ensino no Brasil, particularmente da UFBA, não é melhor que a dos estudantes. Trava-se neste momento uma tentativa da burocracia reformista por desfiliar as organizações do Andes e, conseqüentemente, a filiação ao Proifes. Evidentemente, em todas as universidades em que isto ocorre, a burocracia tem agido no sentido de extinguir qualquer sombra de democracia nas assembleias de professores, restringindo as intervenções das oposições e utilizando-se dos instrumentos jurídicos para legitimar as decisões. Como tal, apóia-se na crítica ao PSTU, por este ter, anteriormente, levado adiante a cisão com a CUT, a desfiliação de sindicatos e associações, a formação de uma nova entidade (a CONLUTAS). A direção da APUB faz apenas aquilo que já fez o PSTU: desfilia-se do Andes para se filiar ao Proifes e, conseqüentemente, à CUT.

Para a direção da APUB não interessa qualquer idéia de unidade

dos professores no Andes. O que importa é o domínio do aparelho, mesmo que para isso tenha que contribuir para maior fragmentação do movimento dos professores nacionalmente. Para nós, da Corrente Proletária da Educação (CPE), trata-se de defender a unidade dos explorados contra a burocracia reformista e a fragmentação, constituindo uma OPOSIÇÃO SOCIALISTA no movimento docente, para defender as suas reivindicações e a educação pública contra as medidas privatizantes e o processo de desagregação da universidade, associando a defesa das reivindicações específicas à luta geral dos explorados pelo socialismo. Por isso, colocamo-nos contra a desfiliação da APUB do ANDES.

Por conseqüência, temos nos posicionado contra uma proposta levantada no interior da Oposição de professores na UFBA de levar adiante a formação de um novo sindicato. Não cabe aos marxistas criar artificialmente sindicatos ou associações. Os marxistas devem atuar onde estão os explorados, seja qual for o sindicato. Aqui é preciso diferenciar claramente a atual direção da APUB da própria organização. A APUB é uma entidade histórica, que nasceu nas lutas contra a ditadura. Congrega os professores da base, embora a sua atual direção seja reformista, aplique um programa de apoio ao governo petista, concilie constantemente, não encaminhe as lutas e reivindicações dos professores e defenda as medidas contra o ensino superior em curso.

Não se trata de fazer a mesma política da direção da APUB, cindindo a categoria e criando um novo sindicato, mas retomar o trabalho de base, o debate político sobre os problemas da categoria, a atuação sistemática de crítica e combate ao reformismo, unificando as lutas locais com as nacionais. Portanto, a Corrente Proletária da Educação defende a formação de uma frente constituída pela militância e demais professores, sob a base da independência de classe dos professores frente ao Estado e governo burgueses, organizando-se a partir do debate aberto pela aplicação da mais ampla democracia proletária. A conquista da direção do sindicato deve ser conseqüência do trabalho persistente dentro da categoria.

5. Diante da situação atual, o que fazer?

As eleições para o DCE e para a REITORIA da UFBA mostram-nos claramente o estado atual do movimento estudantil e da universidade. No caso do movimento estudantil, entre os pleitos, as correntes não fazem absolutamente nada: não mobilizam os estudantes, não politizam os debates, não resistem contra os ataques à educação dos governos, calam-se diante da burocracia universitária, etc. Perto das

Rondônia

Arrancar as reivindicações, enfrentado o prefeito petista

No dia 06/05, a burocracia, do Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia convocou assembléia dos trabalhadores municipais da educação para apresentar a resposta do prefeito sobre a pauta de reivindicações e aumento para 2010. Informou que o reajuste é de 0,5% e que o percentual da inflação será repassado em setembro, no momento em que irá fazer ajustes no plano de cargos e salários, que foi implantado em outubro de 2009.

Diante da esmola, não restou aos trabalhadores outra reação a não ser defender a deflagração de greve por tempo indeterminado. Mas a burocracia do sindicato manobrou para protelar a greve, indicando uma assembléia para o dia 17/05.

A Corrente Proletária da Educação disse que lamentações, indignações isoladas quanto aos baixos salários e sobre os problemas da educação não atingirão o prefeito e sua camarilha. É que era preciso sair das ações individualizadas para as ações coletivas, expressando a ira da classe. Esse é o caminho seguro para enfrentar os politiquinhos que embromam os trabalhadores e a população que tem seus filhos

eleições, aparecem com as suas chapas, defendendo programas despolitizados e rebaixados, quando não completamente respeitosos à democracia burguesa. O mais grave: defendem o apolitismo e o apartidarismo entre os estudantes, como se por trás das chapas não houvesse uma política partidária do PT, PCdoB etc. O imobilismo tem levado à desconfiança e à apatia entre os estudantes.

No caso das eleições para a reitoria, todas as chapas, sem exceção, representam apenas a continuidade da atual gestão e não comportam qualquer ruptura com as medidas que estão sendo aplicadas contra o ensino superior. Todas pretendem gerenciar a atual crise da educação e da universidade, sem qualquer transformação efetiva dos rumos de sua desagregação. Trata-se, portanto, no atual momento, de retomar a organização e a luta de estudantes, professores e demais servidores da universidade, em defesa da educação pública, apostando na força e na unidade na luta concreta e não em promessas de que as coisas mudarão pela vontade da burocracia universitária.

6. Propostas da Corrente Proletária da Educação (CPE) para o movimento estudantil e docente

A Corrente Proletária na Educação (CPE), corrente do Partido Operário Revolucionário (POR), não tem razões para omitir sua vinculação ao marxismo e à revolução social. Por isso, chama os estudantes, professores e servidores a superarem o atual imobilismo, apatia e desorganização do movimento, a partir da defesa do programa para a educação, o que significa a defesa do:

- 1) sistema único de ensino público, laico, gratuito, científico e vinculado à produção social;
- 2) estatização, sem indenização, de todo o sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha;
- 3) defesa das reivindicações elementares de estudantes, professores e servidores. Restaurante universitário gratuito;
- 5) soberania da assembléia universitária e governo tripartite nas universidades (professores, estudantes e servidores);
- 6) em defesa dos métodos de ação direta (manifestações, ocupações, bloqueios, greves etc.);
- 7) fim do vestibular e livre acesso ao ensino superior.

Para tanto, estas bandeiras devem estar articuladas às lutas do conjunto dos explorados do campo e da cidade, à defesa da unidade dos explorados na luta concreta e ao combate à propriedade privada pelo fim do capitalismo

matriculados nas escolas municipais.

Disse, também, que já se passaram três meses da assembléia que aprovou a pauta de reivindicações e que sequer a diretoria do sindicato chamou uma assembléia para prestar esclarecimentos.

A greve dos estaduais durou mais de 30 dias. Era o momento de chamar a unidade com os municipais, realizar assembléias conjuntas e pressionar o prefeito para o atendimento das reivindicações. Mas a burocracia do sindicato dividiu o movimento em estaduais e municipais, embora os problemas fossem os mesmos. Não é a toa que há muitas queixas da base filiada, que acusam o sindicato como um segmento da administração municipal.

A realidade mostra que a direção do sindicato agiu de duas maneiras. Quando se tratou da rede estadual, defendeu a greve. Quando se refere ao município, a burocracia fica calada. Foi o que ocorreu com a greve dos estaduais. Embora não defenda a radicalização do movimento, realizou a greve para desgastar o governo do Estado. Com o prefeito petista, a conduta é outra. Por isso, jamais poderia fortalecer a

greve dos estaduais com as assembleias conjuntas com os municipais. Os trabalhadores precisam dos reajustes salariais e estão dispostas a enfrentar os governos, seja do Estado, seja do município.

A reposição salarial, apresentada pela burocracia do sindicato foi de 34,41%. Na assembleia, convenceu a maioria. Vale lembrar que as perdas são enormes. Esse percentual não atende a grande defasagem que os trabalhadores municipais vêm carregando desde o prefeito Guedes em que Roberto Sobrinho/PT foi secretário de educação.

Também não se pode esquecer que o plano de cargos e salários foi um fiasco. Da forma como foi aprovado, só beneficiou o prefeito. Os trabalhadores em educação do município, na sua maioria, foram golpeados com os altos descontos. E o pagamento do quinquênio? E o “auxílio” transporte que os vereadores fizeram o maior alarde que tinha sido aprovado e continuam sendo descontados nos salários?

As condições objetivas para greve estão mais do que presentes. Os trabalhadores municipais deverão defender a greve para arrancar as

reivindicações com o movimento nas ruas.

Propostas da Corrente Proletária da Educação:

1. Reajuste salarial para repor todas as perdas. Nenhum trabalhador em educação ganhando menos que um piso equivalente ao salário mínimo vital, R\$ 3.500,00;
2. Estabilidade a todos os professores emergenciais
3. Aplicação da escala móvel das horas de trabalho e salário;
4. Diminuição do número de alunos por sala, construção de novas escolas;
5. Rejeitar qualquer tipo de opressão dentro das escolas e por parte da secretaria;
6. Rejeitar a esmola de 0,5%, que não corresponde sequer à compra de um saquinho de pipoca no final do mês.
7. Defesa da escola única, pública, gratuita em todos os níveis e vinculada à produção social.

Paraná

Caça fantasmas ou caça votos?

Diante da podridão da assembleia legislativa, rejeitar o eleitoralismo e as disputas das quadrilhas que dominam o Estado, levantar os Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia

Há mais de dois meses, a Rede Globo iniciou uma campanha denunciando os “Diários Secretos” da Assembleia Legislativa Paranaense. O esquema funcionava desde a década de 1980 e se valia de várias falcaturas, como crianças e mortos recebendo salários, funcionários fantasmas e milhões sendo roubados dos trabalhadores, que produzem todas as riquezas. Não é preciso um trabalho de jornalismo investigativo para chegar a estas denúncias, elas só vazam quando há disputas interburguesas, quando partidos que partilhavam juntos o saque aos cofres públicos tornam-se inimigos diante de alguma disputa e resolvem entregar os antigos comparsas. Mais adiante, podem voltar a ser unha e carne: se xingam hoje, amanhã aparecem abraçados, pedindo votos.

Diante da corrupção, há duas políticas:

A política burguesa se apóia em um dos grupos em disputa, usa as denúncias para favorecer eleitoralmente uma das partes. Mostra a corrupção como uma anomalia, um desvio; exige CPIs para que se retome o bom funcionamento do parlamento. Exorta a vigilância do judiciário sobre o legislativo ou deste sobre o executivo. Faz a maioria oprimida crer que é possível votar em bons candidatos, honestos, que farão do Estado o protetor de toda a sociedade.

A política proletária mostra que a corrupção é parte do Estado burguês: o estado está podre e, para alcançar postos nele, é necessário participar da podridão. Presidentes, governadores, prefeitos, senadores, deputados, vereadores, juizes, policiais, todos têm seus esquemas: propinas, caixa 2, lavagem de dinheiro, desvios etc. As CPIs são um jogo de cena das quadrilhas que dominam o Estado, é inútil apostar que um bandido vai julgar o outro. Para julgar e punir os crimes de

classe da burguesia, é preciso levantar os Tribunais Populares, organizados pelas massas em luta.

E os caça-fantasmas?

Impulsionada pela Rede Globo, que por sua vez é impulsionada pelas disputas interburguesas, a UPE resolveu sair às ruas para “protestar” contra a corrupção. Tal bandeira, na boca de partidários do PT e PCdoB, é mero artificialismo. O horror contra a corrupção é seletivo, não se manifesta quando a roubalheira é protagonizada por seus partidos, seja no mensalão de Lula ou no mensalinho da Grande Londrina. Estes protestos são apenas um aquecimento para as eleições que se aproximam, “queimam” os partidos opositores e dão um atestado de idoneidade para os seus candidatos.

ANEL também quer caçar votos

Diante da ilusão de setores estudantis com as bandeiras de moralidade, a ANEL, em vez de denunciar o movimento caça-fantasmas, convoca os estudantes a fazerem parte deste. Falsificam a história, exaltando até mesmo o “Fora Collor” como exemplo de movimento estudantil. Tal política se guia por cálculos eleitorais. A ANEL/PSTU adere ao que está dando visibilidade, quer dividir o saldo eleitoral com a UNE e UPE que estão dirigindo a campanha.

Os trabalhadores e a juventude não podem se deixar levar por esse jogo, é necessário responder com independência de classe, não se deixar manobrar, insistir na defesa de suas reivindicações mais sentidas: como trabalho e escola para todos e salário mínimo vital. Nenhuma ilusão no Estado burguês, corrompido até a medula.

Publicamos abaixo trecho do boletim da Corrente Proletária Estudantil em Presidente Prudente (SP)

Balanço do CEEUF Araraquara

Nos dias 10 e 11 de abril, deveria reunir-se o Conselho de Entidades Estudantis da UNESP e FATEC no campus da UNESP de Araraquara. Entretanto, os estudantes desavisados descobriram que o primeiro dia foi reservado para uma reunião da LER-QI com a finalidade de organizar o divisionista *Encontro Estudantil*, que nada tinha a ver com a pauta do CEEUF. Este *encontro estadual de estudantes* tem como objetivo a fundação de uma outra entidade estadual, vinculada à ANEL.

Esta manipulação das instâncias do movimento estudantil feita pela

LER-QI mostra a verdadeira cara dessa corrente. Primeiro, justifica a construção do *encontro estadual* pela necessidade de se ter uma “forte entidade estadual centralizada”; depois, aproveitando-se da estrutura amorfa do DCE por delegados e atropela a aparelha o CEEUF para suas finalidades; o resultado disso é qualquer coisa, menos a “forte centralização” do movimento estudantil da UNESP e FATEC, mas a sua dispersão.

A Corrente Proletária tem se oposto à divisão da UNE não porque morra de amores pela sua direção governista e traidora, mas, pela

obrigação que tem os revolucionários de defender a unidade do movimento e organizar a expulsão da burocracia petista e da UJS. Eles dirigem a maioria das entidades de base e controlam o movimento estudantil nacional. Sempre criticamos o divisionismo da Conlute e agora da ANEL porque isso facilita o trabalho dos governistas e porque a criação de uma nova entidade obedece apenas ao desejo de correntes minoritárias possuírem o seu aparelho próprio.

Ficou evidenciado neste episódio a falsidade de toda argumentação anterior, de que o DCE por delegados seria uma forma para combater a burocratização. Pelo contrário, foi justamente a ausência de uma verdadeira e legítima diretoria eleita que permitiu nesse vazio organizativo à corrente mais organizada aparelhar o encontro para seus fins.

Toda a lenga-lenga de que se quer construir um movimento com novas práticas que não seja apenas superestrutural etc., etc., se resume ao aparelhamento das instâncias quando se está em maioria.

As discussões da pauta do conselho de estudantes da UNESP e FATEC foi deixada para o 2º dia, impedindo que delegados de alguns campi pudessem participar até o final. Ou seja, mais uma vez eviden-

ciou-se a burocratização do movimento estudantil por uma estrutura de organização frouxa, comprovando que não é o modelo que gera o aparelhamento.

Foi deliberada a realização de um próximo Conselho para a organização do Congresso, que terá a tarefa de reorganizar o Diretório Central. Isto é algo muito importante, já defendido desde o ano de 2008 pela Corrente Proletária. Assim, a preparação para este congresso deve se dar em discussões nos campi.

A Corrente Proletária defende já há alguns anos a necessidade de se estruturar o DCE sobre a base de sólidas ideias políticas que resultem da disputa de chapas pela direção da entidade, eleita pelo conjunto após o debate de posições e que tenha uma composição proporcional aos votos dados pelos estudantes. Esta necessidade decorre do fato da estrutura universitária ser um aparelho centralizado e vinculado intimamente ao poder do estado burguês. Não se pode imaginar que se possa enfrentá-lo com uma estrutura amorfa e dispersa. Manter a atual falta de estrutura do DCE apregoado pela LER é colaborar para as derrotas do Movimento Estudantil.

Greve dos funcionários na USP

Os funcionários da USP entraram em greve no último dia 05 de maio. Reivindicam isonomia quanto ao aumento já dado somente aos professores (6%) e mais reajuste de 16% e R\$ 200,00. A reitoria obteve antes mesmo da greve uma liminar para multar o sindicato pelos piquetes e ocupações em mil reais por dia e ameaçou chamar a polícia. Durante as negociações antes da greve, os reitores se negaram a conceder qualquer reajuste. Depois de uma semana de greve, ofereceram 6,75% a todos, o que implica aumento de mais de 12% aos professores isoladamente. Os funcionários mantêm a greve e esperam pela adesão de funcionários da UNESP, Unicamp e de outros campi da USP (USP Leste, por exemplo).

O ato público diante do Conselho de Reitores no dia 11/05 contou com a participação de algumas dezenas de estudantes, mas foi fundamentalmente de funcionários grevistas. Os reitores jogaram na mesa ameaças e chantagens. Os funcionários rejeitaram a proposta de reajuste diferenciado e confiam na expansão da greve e no apoio ativo dos estudantes, que pode se desenvolver.

Uma grande diferença em relação ao ano passado

Apesar de entrarem em greve no mesmo dia do ano passado, os funcionários estão hoje numa situação mais difícil. O movimento estudantil, em 2009, nesta época havia protagonizado uma série de mobilizações: ocupação da sede do DCE, protestos contra a Univesp, duas paralisações conjuntas com os funcionários em unidades da USP. Se os estudantes não se juntaram imediatamente ao movimento grevista foi por causa do freio da então direção (PSTU) e seus opositores aliados (PSOL, PCdoB e PT). Neste ano, porém, a direção do DCE (PSOL) não moveu uma palha para mobilizar para nada. O único movimento foi a ocupação da Coseas, no Crusp (Conjunto Residencial), mas que ocorreu à revelia do DCE e tem sido mantida isolada por ele. Não se convocaram assembleias nos cursos para debater a greve dos funcionários.

E só será possível derrotar a reitoria e o governo com a greve unificada dos três setores e sua ida às ruas.

DCE do PSOL trava a luta, agora com a ajuda do opositor aliado PSTU

A assembleia de estudantes marcada para o dia 12/05 se surpreen-

deu com o aviso, por parte de um membro do DCE, que ela seria adiada para que todos fossem ao ato público que ocorria na Faculdade de Direito contra o descaso da direção com a Biblioteca que tem estragado parte do acervo. Além de não mover uma palha para convocar os estudantes para a assembleia, a direção do DCE ainda quis adiá-la de forma arbitrária. Mas os estudantes ali presentes não aceitaram e decidiram pela realização da mesma, independentemente da presença do DCE. Formaram uma mesa com os CAs presentes e deram início à discussão e votação.

A pauta era a greve. A Corrente Proletária defendeu que se convocasse a greve para o dia 20, a partir de assembleias de curso e de uma nova assembleia geral no dia 19, convocada não pelo DCE, mas por um comando de mobilização, para que se pudesse avaliar a real situação entre os estudantes. E que se convocasse a Assembleia Geral Universitária para constituir a unidade real dos 3 setores. Depois das falas, duas posições foram votadas: greve ou não greve. Nesse momento, apareceram dezenas de estudantes que não acompanhavam a assembleia somente para votar contra a greve. Na defesa contra a greve estava o PSTU, que substituiu a direção do PSol na defesa da mesma posição.

Aprovada a não greve, surgiram propostas de indicativos de greve. Votou-se então se haveria indicativo ou não. Como as dezenas de estudantes que só apareceram para votar contra a greve tinham se retirado, foi aprovado o indicativo para o dia 20, com nova assembleia. Novamente, contra a posição do PSTU que, nesse momento, serviu de expressão política para as posições da direita, ao achincalhar quem se apresentava como revolucionário. O discurso reformista de “construir a greve” foi novamente utilizado.

O PCO: ultra-esquerdismo verborrágico

O PCO sempre vai às assembleias com a proposta de greve já e ocupação da reitoria. No início das votações, propôs que se votasse greve imediata contra as demais. Depois, defendeu numa assembleia que já tinha se esvaziado a ocupação da reitoria. Apresenta-se como a corrente mais radical, mas completamente alheia aos estudantes. Serve como elemento de desmoralização da esquerda diante da direita. Confunde os estudantes com suas colocações que igualam todas as correntes (bando dos 4 etc.). Sua prática serve de argumento aos reformistas contra a política revolucionária.

Sobre a greve do judiciário/SP

A greve do judiciário de São Paulo completou 15 dias no dia 12/05 e foi deflagrada em função do grande descontentamento existente na classe contra o tribunal, que no ano passado intensificou sua política de ataque ao conjunto dos servidores. Negou-se até a dar o reajuste anual da inflação, migalha que vinha sendo concedida nos últimos anos como forma de manter o arrocho salarial e evitar que a categoria entrasse em luta por suas reivindicações. Abandonou, inclusive, a posição de fazer demagogia com a categoria através de reuniões infundáveis com os representantes das associações, que, na verdade, não decidiam nada e serviam apenas para iludir os servidores de que suas reivindicações poderiam ser atendidas em negociações de bastidores, sem a ação direta e coletiva da categoria. A maioria dos servidores se encontra em condições de inadimplência e cada vez mais nas mãos dos agiotas. As perdas salariais ultrapassavam 40% e com a posição do TJ de sequer fazer a reposição inflacionária do período, essa defasagem aumentou ainda mais no último período. As péssimas condições de trabalho, o descaso da cúpula do TJ para com os servidores, a retirada de direitos, as terceirizações, o não pagamento dos atrasados como FAM (fator de atualização monetária), férias, etc. completaram o quadro para que as associações fossem pressionadas a aprovar uma assembleia como forma de organizar a campanha salarial em 2010.

Passos da campanha salarial

Na última assembleia da fracassada campanha salarial de 2009, realizada em 02 de outubro, as associações apresentaram a proposta de realização de uma nova assembleia logo no início de fevereiro de 2010, como forma de dar início a uma nova campanha salarial.

Nesta assembleia, em contraposição às associações, a Corrente Proletária apresentou a proposta de eleger um comando de greve composto por trabalhadores de base e todos aqueles que estivessem disposto a trabalhar pela organização da categoria, aprovar a greve imediatamente para reverter o caminho sem perspectiva que a campanha havia tomado. Prevaleceu a posição das associações, onde se assistiu ao enterro da campanha salarial com zero por cento de reposição salarial em 2009. Porém, no mês de fevereiro nada aconteceu. Nenhuma assembleia foi realizada. Tratava-se apenas de uma manobra das associações para encerrar a campanha salarial, mesmo sem nenhuma reivindicação atendida. Diante do descontentamento crescente da categoria, os pelegos decidiram, entre quatro paredes, formar uma “comissão de entidades” com o objetivo de conseguir abrir algum tipo de canal com o Tribunal e assim poder dar continuidade à farsa das negociações de gabinete. Mas as portas do Tribunal continuaram fechadas. Decidiram, então, também a portas fechadas, chamar uma assembleia para o dia 14 de abril.

A Corrente Proletária fez a convocação dessa assembleia com a seguinte chamada:

“Aprovar a greve por tempo indeterminado para arrancar do TJ as nossas reivindicações” e denunciou as associações escre-

vendo que os trabalhadores judiciários não poderiam deixar acontecer o que aconteceu na campanha salarial anterior, onde prevaleceu a posição das associações. Ou seja, não poderiam deixar que as associações levassem a campanha salarial de 2010 a um beco sem saída como ocorreu em 2009, deixando os trabalhadores totalmente desarmados perante os ataques do TJ e do Governo.

Assembleia de 14/04

Nessa assembleia, a greve foi aprovada por unanimidade. A discussão se deu apenas sobre a data do início da greve. A Corrente Proletária defendeu a proposta de início imediato em contraposição à posição das associações, que defenderam o dia 28/04. A assembleia ficou dividida. Houve mais de uma votação, mas prevaleceu a posição das associações.

Denunciamos as associações, que nos últimos anos tentaram pleitear, junto ao TJ, algumas reivindicações pela via da negociação, sem luta, ou seja, sem que a categoria entrasse em greve. Limitaram-se a fazer algumas manifestações e atos distracionistas, como operação padrão, paralisações por uma hora etc. A realidade demonstrou que não foram suficientes para obrigar o Tribunal a ceder um milímetro. Alertamos os trabalhadores para não se deixarem levar pelas manobras dos pelegos, escrevendo no boletim que não era de hoje que eles procuravam implementar no seio da categoria uma política que não corresponde às reais necessidades da categoria. Uma política que acabava servindo mais aos interesses do Tribunal em detrimento dos servidores e que quando não era mais possível manter a categoria na passividade, apresentavam propostas para segurar o movimento e limitá-lo.

Assembleia de 28/04

Na assembleia de 28/04, os trabalhadores rechaçaram a proposta do TJ em forma de dois documentos entregues às associações naquele mesmo dia, nos quais ele apresentou sua contraproposta às reivindicações da categoria. Os pontos foram: 1 – O TJ comprometia-se com a aprovação do plano de cargos e carreiras que estava para ser votado na Assembleia Legislativa. 2 - que até junho enviaria um projeto de lei para conceder uma reposição salarial de 4,17%. Acrescentou à sua contraproposta uma provocação: disse que queria a greve somente para agosto e que a categoria deveria apenas se manter em “estado de greve”. A continuidade da greve foi aprovada entre os mais de cinco mil trabalhadores presentes.

A Corrente Proletária defendeu a radicalização da greve como forma de quebrar a intransigência do TJ escrevendo: “A luta de classes demonstra que a primeira coisa que os patrões pensam quando os trabalhadores decidem lutar por suas reivindicações é como derrotá-los. Nas greves ligadas diretamente à produção, principalmente operárias, a repressão policial é lançada imediatamente. Em nosso caso, como trabalhamos nos serviços públicos, que não afetam direta e imediatamente a produção, ou seja, os lucros das empresas e dos patrões, os governos e seus representantes nas várias esferas do Estado,

procuram inicialmente vencer a greve pelo cansaço, através do desgaste do movimento.

Em contrapartida, para os trabalhadores grevistas, existem duas formas fundamentais para se alcançar a vitória. Em primeiro lugar, procura-se a maior unidade possível para o movimento. Para que esta unidade se materialize, entre outras coisas, torna-se necessário que todos cumpram as decisões aprovadas nas assembleias e nos organismos deliberativos dos trabalhadores, principalmente as suas direções. Em segundo lugar, é preciso aprovar e executar ações que pressionem cada vez mais os patrões a reverem sua postura de intransigência. Superar os métodos pacifistas e legalistas que as direções procuram impor ao movimento torna-se uma necessidade para a vitória da greve. Sem ações coletivas que potenciam o movimento, corre-se o risco de que ele se enfraqueça, prevalecendo os interesses do TJ. A experiência demonstra que somente através da utilização de seus próprios métodos de luta (greves, passeatas, ocupações de prédios públicos etc.) os trabalhadores conseguem arrancar dos patrões as suas reivindicações”.

Assembleia de 05/05

Nessa assembleia, as direções apresentaram a proposta de instalação de um “dissídio coletivo por greve”. Em seus discursos disseram que o dissídio seria a solução para abrir as negociações sobre as reivindicações da categoria com o Tribunal, através de uma audiência de conciliação designada especificamente para essa finalidade. Disseram ainda que, posteriormente, outra audiência também seria realizada para discutir a legalidade da greve. Essa proposta foi colocada em votação logo no início da assembleia, sem nenhuma discussão prévia e coletiva pelo conjunto dos servidores. Não houve sequer a possibilidade de defesa contra ou a favor na própria assembleia. Na verdade, fizeram uma manobra ao esconderem da categoria, até o último momento, a decisão de que elas já haviam confeccionado e protocolado junto ao TJ, um dia antes, o pedido de instalação do dissídio. Não foi dado nenhum informe sobre o dissídio até chegar a hora da votação. Os trabalhadores não tiveram tempo sequer de analisar e pensar sobre o verdadeiro significado da proposta. A assembleia apenas referendou o que já havia sido decidido entre quatro paredes.

A Corrente Proletária denunciou o caráter antidemocrático da direção da greve e que a aceitação da proposta do dissídio acabava desviando o movimento grevista para os métodos legalistas. Que, na prática, a categoria acabava deixando nas mãos da justiça a decisão que caberia a ela própria. Sem contar que, nesse caso, seria o próprio patrão, o Tribunal de Justiça que julgaria o dissídio, que o dissídio nada mais era do que a substituição do método da greve pelo método das ações judiciais, que se tratava de eliminar o poder de decisão das assembleias e dos organismos coletivos e deliberativos dos trabalhadores, transferindo o poder para as mãos do Estado e que, como conseqüência, a possibilidade de receber o reajuste salarial reivindicado ficava a critério e a bel prazer do próprio TJ, que ficou com a faca e o queijo na mão. Essa foi a forma encontrada pela burocracia sindical para golpear a greve, sem ter que se chocar abertamente com os trabalhadores. Defendemos

que o método legalista do dissídio, não levaria ao atendimento das reivindicações e que era preciso fortalecer o movimento grevista. Que era uma ilusão acreditar que o TJ iria decidir a favor da categoria e da greve.

A assembleia decidiu aguardar a audiência de conciliação do dissídio, manter a greve e realizar mais uma assembleia no dia 12/05.

Sobre a direção da greve

No início da greve, as associações aprovaram que o comando de greve seriam os próprios representantes das associações e que os trabalhadores de base que estivessem dispostos a trabalhar pela organização do movimento grevista deveriam ser apenas conselheiros das entidades.

A Corrente Proletária defendeu que essa decisão cerceava a participação dos trabalhadores em um de seus principais organismos de luta, que era o comando de greve. Isto porque é nele que se discutem as principais propostas que são aprovadas nas assembleias, que as associações pretendiam impor uma espécie de cabresto no movimento, onde as propostas apresentadas nas assembleias teriam de passar, necessariamente, pelo crivo delas. Portanto, era necessário formar um comando de greve aberto à participação irrestrita de todos os grevistas que estivessem dispostos a trabalhar pela organização da greve, pois trata-se de exercer a democracia sindical dos trabalhadores. Além disso, seriam deles, dos trabalhadores mais combativos, que surgiriam as propostas mais avançadas e que poderiam levar o movimento à vitória.

Sobre o Plano de Cargos e Carreiras

Desde o início, as associações procuraram pautar a greve em apenas dois pontos: a reposição salarial e a aprovação do plano de cargos e carreiras do tribunal. Nesse sentido, tanto a cúpula do TJ quanto as associações estavam aproveitando a greve para aprovar o plano de cargos e carreiras como se fosse uma reivindicação do interesse da categoria em seu conjunto. Na verdade, o plano beneficiará apenas os cargos em comissão em detrimento da maioria dos servidores, pois prevê para estes gratificações bem maiores. Além disso, existem vários pontos que visam apenas os

adequar a atual administração às exigências do CNJ, como o enxugamento do quadro do pessoal, rebaixamento salarial etc. O critério a ser utilizado para as promoções constantes do plano é o da avaliação de desempenho, onde o trabalhador só terá direito ao aumento de 1% anual se tiver avaliação positiva de desempenho, que será feita pelo Diretor/Juiz. Isto levará a exigência de que o funcionário não falte ao serviço, não chegue atrasado, não fique doente, não tire licenças, para conseguir um aumento de 35% ao longo de 35 anos de carreira. O plano reunirá várias funções em uma só, através da mudança das nomenclaturas, o que na prática significa que o funcionário será obrigado a exercer várias funções, poupando o TJ de contratar novos funcionários.

A favor do plano, as associações dizem que ele “incorrerá em majoração salarial média de 5,1%”, o que não corresponde à verdade. Defenderam a aprovação mesmo sem as emendas que elas fizeram e que o TJ simplesmente ignorou.

140 anos do nascimento de Lênin

No jornal *Massas* anterior dedicamos um artigo a Lênin, escrito pelos camaradas do Ceará. Agora, damos continuidade aos 140 anos de seu nascimento, com um artigo do camarada Urbano Lins de Minas Gerais

Neste ano de 2010 transpassam-se 140 anos do nascimento de Vladimir Ilitch Ulianov (Lênin) [Владимир Ильич Ульянов – Ленин]. Ele foi, sem dúvida, um dos mais influentes dirigentes políticos e um dos maiores teóricos comunista do século XX. Contribuiu com a teoria da revolução marxista, desenvolveu uma teoria do imperialismo e dirigiu o Partido Bolchevique na Revolução Russa de 1917. Suas concepções se espalharam por todo o mundo, definindo o *leninismo* como importante corrente político-econômico-revolucionária.

Nos limites de uma introdução, é impossível levar a cabo um balanço que faça justiça a Lênin nos três níveis mencionados acima.

Exilado para a Sibéria, lá concluiu sua genial obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* (1896), que pode ser considerada, dentro do marxismo, como a mais completa análise histórica concreta das primeiras fases da evolução do capitalismo. Nessa obra, evidencia-se, dentre outros, completo domínio crítico das teorias econômicas de Karl Marx e do materialismo histórico.

Em 1905, Lênin acreditava que as medidas econômicas contra a propriedade fundiária feudal eram mais importantes do que os projetos constitucionais. Por isso, ressaltou a necessidade da nacionalização das terras (na Rússia) como medida para separar a burguesia dos grandes proprietários de terras, promover o rápido desenvolvimento do capitalismo no campo e atrair os camponeses pobres para o lado do proletariado.

Para explicar a deflagração da guerra em 1914 e a reacionária virada “patriótica” de muitos líderes socialistas, Lênin voltou-se para a teoria do capitalismo monopolista, ou financeiro, desenvolvida por Hilferding (1877 a 1941) e Bukharrin (1888 a 1938). Em 1916, produziu o livro *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Nessa obra, Lênin afirmou que uma nova época do capitalismo havia surgido e nela o monopólio substituída a concorrência e que a concentração do capital e as divisões de classes da sociedade haviam chegado ao seu extremo. A exportação de capital havia substituído a exportação de mercadorias e o território econômico de todo o mundo havia se submetido à exploração parasitária dos Estados capitalistas mais poderosos. O monopólio econômico encontrava seu complemento e sua uniformidade política na erosão das liberdades civis e na intervenção bélica. A sociedade e o estado estavam

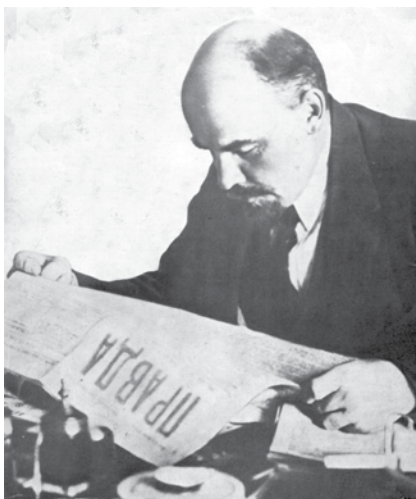
subordinados aos interesses do capital financeiro. O capitalismo na era do imperialismo havia se tornado militarista, parasitário e opressor. A obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo* revela as leis econômicas e históricas de decomposição do capitalismo, a abertura de uma época de guerras, revolução e contra-revolução, bem como fundamenta o internacionalismo proletário.

Em 1917, na Rússia, todos os elementos da teoria da revolução de Lênin haviam sido reunidos. A guerra internacional e o colapso econômico tornavam imperativa uma revolução socialista, pois, não havia outro modo de sair da barbárie. O *truste* capitalista-estatal e burocrático-militarista seria substituído pelos órgãos da democracia operária – cujas formas ganharam o nome de *soviets* (*conselhos*). A transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social abriria caminho para a transição socialista. Para isso era fundamental o controle operário da produção. Essas concepções transformadoras sobre a natureza, própria do Estado, foram desenvolvidas por Lênin em *O Estado e a Revolução* (1917). Nessa obra, o dirigente bolchevique retoma as formulações de Marx e Engels sobre a necessidade da revolução destruir o Estado capitalista, estabelecer a ditadura de classe do proletariado e caminhar para a sua extinção na sociedade comunista mundial. No *O Estado e a Revolução*, Lênin desenvolverá amplamente a teoria da revolução proletária.

Em outubro de 1917, tendo conseguido a maioria nos principais *soviets* urbanos e militares, Lênin levou o partido Bolchevique a assumir o poder de estado, no que entrou nos livros de história de todo o mundo como a Revolução Russa.

Lênin foi, sob todos os pontos de vista, dedicado à causa revolucionária. Como líder, sua determinação e sua capacidade de decisão, a eficácia de suas análises teóricas e de seus encaminhamentos práticos deram-lhe um incomparável prestígio e autoridade. Extremamente exigente consigo mesmo, tinha expectativas igualmente exigentes em relação a seus companheiros. Era, por natureza, pessoalmente modesto e viveu de maneira frugal e austera. Sentia-se genuinamente incomodado com elogios exagerados e com tentativas de transformá-lo em herói. Após sua morte, em janeiro de 1924, deixou um dos maiores legados intelectuais, humanistas e de esperança para todo o mundo.

Viva o comunismo! Viva Lênin!



Nesta edição:

- Os métodos de luta
- Resolução sobre Educação
- Luta dos trabalhadores da educação / Neuquén
- Alerta! Caranaví é a antecipação do que fará esse governo
- Os Camponeses e a política
- Generalizar e Aprofundar a Rebelião das Massas
- A crise na Europa afetará o mundo todo

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Os métodos de luta

Guilhermo Lora

Documento apresentado pelo POR-Bolívia à Conferência Latinoamericana

1 - Partimos da concepção leninista de que os diversos métodos de luta criados até hoje pelas massas e os que podem ser criados no futuro devem ser atualizados e usados de acordo com as condições políticas reinantes em certo momento. Não existem métodos de luta que possam ser empregados em quaisquer circunstâncias. Os métodos que em certo momento servem perfeitamente aos fins revolucionários podem deixar de ser úteis quando as circunstâncias se alteram.

2 - Os métodos que o trotskismo emprega são os da revolução proletária, que têm em sua base a mobilização e a ação direta de massas, e que podem adquirir diversas formas, de acordo com as particularidades nacionais e a particular evolução da consciência de classe dos trabalhadores. É importante enfatizar sempre que a revolução social será feita pelas massas ou não será feita. Constitui um desvio gravíssimo, fomentado pelas tendências foquistas, não disfarçadas e vergonhosas, a pretensão de substituir as massas – que normalmente se movem muito lentamente – por grupos minoritários e heróicos – que substituem a luta de classes com o desespero tipicamente estudantil ou intelectual.

3 - As massas é que devem amadurecer politicamente para serem capazes de utilizar certos métodos de luta, e o partido revolucionário não deve olhar com desdém ou desconfiança quando os explorados recorrem a certos métodos por uma necessidade histórica, ou seja, sua utilização se converte em condição imprescindível para realizar certos objetivos, e não porque alguma cúpula de especuladores ou um grupinho de gente treinada em atividades militares as incitem a isso.

O partido político constitui o elemento fundamental e ativo que move o avanço da evolução da consciência de classe e nesta medida trabalha positivamente para que seja possível a utilização, por parte das massas, de certos métodos de luta. Porém, nem sequer o partido aponta arbitrária ou antecipadamente por quais métodos será desenvolvida a atividade revolucionária, pois as futuras circunstâncias precisas pelas quais seguirá a luta de classes são simplesmente imprevisíveis.

A vigência dos métodos de luta não está determinada porque se encontrem catalogados nos textos marxistas clássicos,

mas sim porque dependem da situação política e da maturidade das massas. A atividade do Partido é assimilar a obra das massas – também quanto aos métodos de luta – e generalizar esta aquisição, contribuir para que seja incorporada ao arsenal da classe. O paternalismo pequeno-burguês – mistura de presunção e messianismo – está empenhado em ensinar os operários a lutar e dita para eles curiosas receitas sobre os melhores métodos de luta, etc. Todo esse palavreado conclui servindo à reação interna e ao imperialismo.

4 - A ação direta quer dizer que as massas tomam em suas mãos seus problemas e os do país e os resolvem por sua conta, utilizando suas organizações, sua força e seus recursos próprios, à margem de toda a ingerência externa, seja das autoridades, das leis burguesas ou das instituições e ideologia de outras classes sociais. A ação direta pode adquirir as formas mais diversas: desde as manifestações de ruas, pressões de todo tipo sobre os patrões ou “seu” Estado, até as diversas manifestações de greve e todas as variantes da luta armada das massas.

Quando os métodos de luta se consideram como manifestações de ação direta, supõe-se que estamos nos referindo aos métodos utilizados para a mobilização das massas e para que estas imponham seus objetivos. O uso irresponsável ou aventureiro de determinados métodos de luta só pode se dar quando alguns grupinhos se lançam a fazer a “revolução” por sua conta e risco, seguros de que o “povo” irá aplaudi-los e segui-los passivamente.

Esta concepção do emprego dos métodos de luta se opõe radicalmente ao populismo, que conclui dissolvendo a consciência proletária na massa disforme e abstrata dos que consideram como povo e que, na realidade, não é outra coisa senão a subordinação da classe operária à direção burguesa ou pequeno-burguesa. Estas direções, para consumir suas operações blanquistas, precisam inventar métodos de luta e de um modo natural tentam impô-los às massas.

5 - Não pode haver a menor dúvida de que o processo revolucionário se encaminha à luta armada, que será necessário desencadear para expulsar do poder os governos caducos e cambaleantes da reação. Na etapa preparatória da insurreição,

algumas vezes os trabalhadores podem se ver obrigados a recorrer às armas. A luta revolucionária pressupõe, para nós, as múltiplas formas da luta armada, mas todas estas são somente um aspecto da política revolucionária do proletariado. Por ter se tornado líder nacional, por encarnar os interesses nacionais, o proletariado impõe seus métodos às outras classes sociais, ou seja, à maioria do país.

A luta armada, por sua vez, pode adquirir as mais diversas formas e cada uma delas pode ou não estar vigente, sempre com relação à situação política, que está determinada pelas atitudes assumidas pelas massas.

A luta armada não é um fim em si mesma, nem se trata de uma forma de luta imposta às massas de fora; é, ao contrário, uma das manifestações de sua mobilização, de seu radicalismo e politização, enfim, de sua luta até o poder. Os explorados ao se levantarem revolucionariamente vão criando órgãos de poder, que, em determinada circunstância, se vêem obrigados a recorrer às armas para impor suas decisões. O que queremos dizer é que tanto o armamento como as operações militares devem ser considerados – e só valem como tais – manifestações das classes que se levantam contra o estado de coisas reinante, sob a direção do proletariado.

É preciso lutar sistemática e energicamente contra todos os desvios militaristas, que consideram a luta armada, em quaisquer de suas formas, como uma finalidade em si, como patrimônio de uma minoria que atua pelas costas das massas.

A luta armada serve à política revolucionária e, de uma maneira geral, não é mais que sua prolongação por outros meios. Para os militaristas, a luta armada está por cima da política, da luta de classes e mesmo dos partidos. O trotskismo luta para que os destacamentos armados se submetam ideológica e organizativamente à direção do partido revolucionário da classe operária.

A atividade militar e a luta armada adquirem transcendência para as massas e para a atividade revolucionária se forem obra das massas; só nesta medida podem contribuir ao avanço da evolução da consciência de classe. Se a luta armada e os problemas militares se reduzem a ser expressão de um pequeno grupo, perdem todo o significado para a classe.

O proletariado latinoamericano protagonizou muitas formas de luta armada contra seus opressores e tem uma rica experiência em matéria de armamento; a atividade revolucionária deve partir desta experiência, deve assimilá-la e elevá-la politicamente.

6 - A norma suprema no assunto consiste em subordinar todos os métodos de luta utilizados pelas massas, desde o parlamentarismo até a luta armada, à ação direta de massas; todos os métodos devem subordinar-se a ela.

A atuação do Partido revolucionário deve tender a que as explosões revolucionárias das massas se subordinem à ação do proletariado. Por outro lado, a tarefa propagandística do trotskismo, a tempo de superar todos os desvios militaristas e foquistas, deve ensinar que a ação direta é a mãe de todos os métodos de luta.

7 - O armamento das massas e a organização dos destacamentos de combate devem ser encarados como manifestações

da poderosa mobilização dos explorados, como a resposta a necessidades concretas.

Quanto à propaganda, o armamento das massas, e particularmente da classe operária, exige uma atualização permanente. Neste aspecto, o fundamental consiste em ensinar a urgência de proceder a este armamento.

Somente a direção do partido e a concepção de que armamento e ações militares são parte da política revolucionária da classe podem evitar que se cometam aventuras e desvios caricaturais.

8 - A insurreição deve ser considerada, como é nos fatos, o ponto culminante do processo revolucionário, e não como um método de luta a mais, que possa se opor ou concorrer com outros. Esta desvirtuação é própria de alguns ultraesquerdistas, que afirmam terem métodos mais importantes que o insurrecional. Se os métodos de luta estão bem aplicados, devem conduzir à insurreição, quando se trata de tomar fisicamente o poder, a política se reduz à arte militar, mas não se trata de ter se emancipado da estratégia revolucionária, e sim, ao contrário, de que deve servi-la totalmente.

9 - A construção dos partidos revolucionários na América Latina não pode se dar à margem da mais severa crítica às tendências estranhas ao proletariado que pregam, como receita salvadora, a permanente primazia de certo método de luta ou seu uso obrigatório e exclusivo. Esta luta se dará levando em conta as considerações anteriores, o que supõe superar as tremendas limitações dos ultraesquerdistas em geral (foquistas, populistas, pablistas, etc.) dos estalinistas eleitores e dos nacionalistas, dos quais muitas das tendências são francamente golpistas. A discussão diária sobre os métodos de luta a serem empregados na América Latina tem grande importância e pode ajudar a vanguarda revolucionária a amadurecer rapidamente.

10 - O partido revolucionário tende a que todas as ações militares e os destacamentos armados estejam sob sua direção política, assim exige o futuro da revolução. Contudo, a luta de classes seria inconcebível sem levar em conta que sempre existe uma margem maior ou menor de ações espontâneas, concepção que se estende também ao problema militar e do armamento. Nos momentos de maior tensão das contradições de classe, as massas exteriorizam sua grande capacidade criadora através das ações espontâneas, em um grande número de casos.

O partido não rechaça nem dá as costas às ações espontâneas, mas sim se conecta a elas e trabalha firmemente para lhes dar um claro conteúdo político, para torná-las conscientes.

Não poucas vezes, inclusive, a criação dos órgãos de poder é consequência da atividade espontânea (foi notável o caso dos camponeses em 1952). O partido, neste caso, penetra e atua no seio da nova organização, buscando orientá-la politicamente.

As ações militares espontâneas despontam, particularmente nos momentos em que começa o ascenso das massas, quando a atividade do partido revolucionário aconselha que essas ações sejam centralizadas e elevadas em seu conteúdo, até se transformarem em ações politicamente controladas.

Resolução sobre Educação

Partido Operário Revolucionário da Argentina

1. *A crise da Educação é reflexo da crise do sistema capitalista em seu conjunto.* A escola burguesa expressa na superestrutura a base econômica da sociedade. Em seu interior se manifestam as relações econômicas e políticas de um regime em franca decomposição. Sua contradição principal reside na separação entre teoria e prática, resultado da separação entre trabalho manual e intelectual que se dá na base econômica capitalista pela divisão entre força de trabalho do operário e os meios de produção em mãos da burguesia. Sob o capitalismo já não é possível que a escola seja científica porque sobrevive à margem do modo de produção social. Não se produz uma mudança em sua estrutura ou na forma que se ensina e aprende, se não se transforma a sociedade pela raiz.

2. *Na Argentina, a burguesia é impotente para erradicar o analfabetismo em amplas faixas das massas.* É incapaz de terminar com a evasão, a repetência e elevar os índices de escolaridade. Ao contrário, estes não deixam de crescer. Como classe dominante, a burguesia não pode já garantir a reivindicação democrática de acesso de todos à educação. Ajoelhada frente ao imperialismo e cumprindo suas metas de desfinanciamento, foge da responsabilidade de sustentar a educação pública, avançando em sua destruição. A descentralização, a redução de verbas públicas, a falta de escolas e fechamento de cursos, os subsídios e isenções às privadas etc., favorecem ao capitalista para que possam apropriar-se do conhecimento e de imensos recursos, explorá-los para valorizar seu capital, como com qualquer outra mercadoria. Avançando ainda mais a intervenção do capital privado na educação com sua consequente mercantilização e privatização. Esta é a mostra mais clara da putrefação de um regime e uma classe incapaz de sustentar o caráter coletivo e social da educação.

3. *O conhecimento surge como consciência do trabalho realizado no âmbito da produção social, e é parte do social acumulado pelo desenvolvimento das forças produtivas mundiais.* É resultado da transformação e dominação do homem sobre as leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade. A teoria é sua consequência e, por sua vez, esta relaciona à prática, transformando-a e transformando ao homem que atua. Porém, na sociedade capitalista se “educa” transmitindo os conhecimentos como teoria abstrata, à margem da prática social do processo

produtivo.

4. *É impossível que a escola burguesa consiga aproximar o sujeito do conhecimento (homem) ao objeto do conhecimento (natureza e sociedade).* Sob o capitalismo, o homem foi hipertrofiado na especialização, resultado da divisão social do trabalho no âmbito da produção. Condenando assim a força de trabalho (classe operária) à atividade manual, a perder sua capacidade de pensar e criar, pela monotonia de sua atividade e pelas condições de super-exploração em que é submetida. Outros, os intelectuais, se especializam em pensar sem contato direto com a prática do processo produtivo. Isto mantém a divisão da sociedade com respeito ao acesso ao conhecimento, reproduzindo a divisão em classes que se dá no terreno da produção capitalista.

5. *Uma Educação a serviço das massas deve permitir a formação integral do homem através da unidade entre trabalho manual e intelectual no processo da produção social.* Para acabar com o caráter repetitivo e memorístico da assimilação do conhecimento e a super-especialização deformante das capacidades do homem, se deve conhecer as leis de desenvolvimento da natureza e a sociedade, para transformá-las com a prática e a ação consciente das massas. E por isso entendemos que a luta pela unidade entre a teoria e a prática, e da educação vinculada à produção social, leva os trabalhadores a colocar a necessidade de superar a divisão social do trabalho. E isto só será possível por meio da transformação revolucionária da propriedade privada em propriedade social.

6. *A nova escola será o resultado da nova sociedade que harmonizará as forças produtivas socializadas com a propriedade social dos meios de produção.* É a transformação revolucionária da base econômica da sociedade a que dará impulso a uma educação que sirva para formar e desenvolver integralmente o homem em todas as áreas do conhecimento e a prática social na produção. Finalmente, a relação entre o trabalhador com o conhecimento - científico, técnico, etc. - e a máquina, o colocará em condição de transformar a natureza e a sociedade para garantir os bens (materiais, técnicos, científicos e culturais) indispensáveis para elevar a qualidade de vida das massas, assim como para erradicar as bases econômicas e sociais da exploração do homem pelo homem. Isto é, o socialismo em caminho ao comunismo.

Luta dos trabalhadores da educação / Neuquén

A luta dos trabalhadores da Educação em Neuquén foi limitada pela burocracia desde o início do ano letivo. Primeiro porque ao se votar a primeira paralisação do ano apenas para o dia 1º de março, possibilitou o início do ano letivo nas escolas sem nenhum contratempo. Esta limitação imposta à luta dos trabalhadores é parte dos acordos firmados entre a burocracia de ATEN e CTERA em torno das negociações com o governo na data-base.

Diante da submissão da política da burocracia ao governo, Sapag-MPN (governador da província de Neuquén) se viu livre para atacar os trabalhadores com ameaças de desconto dos dias parados, bem como de recorrer à justiça contra os métodos da ação direta.

Sobretudo, o grande retrocesso político à luta dos trabalhadores é o rebaixamento da consigna do salário igual à canasta familiar (o mínimo que um trabalhador necessita para viver), pela reivindicação de um reajuste de 35%. Esta é parte da traição da burocracia com o apoio oportunista dos partidos da esquerda reformista e dos morenista-altamirista, que se adaptam ao ceticismo de um setor das

bases e aos números apresentados pelo governo.

“Somado a tudo isto, é importante recordar que a reforma trabalhista, em Neuquén, já começou com a reforma dos terciários e que este ano o governo planeja avançar com a escola média.” (trecho extraído de artigo do Masas n 234).

Neste sentido, a luta dos trabalhadores se depara com duas tarefas principais, parte de um Plano de Luta Unificado: a luta pelo salário e contra a reforma educacional, o que significa acima de tudo a defesa do emprego.

Combinada a esta também se coloca a necessidade do combate à burocracia sindical, que atua como uma trava ao movimento, por: 1) não convocar a unidade de todos os setores em luta (auxiliares de serviço, ceramistas, estudantes, etc), ou seja, ilude os docentes com mobilizações isoladas e, quando unifica, não passa de mobilizações de aparência, sustentada por uma unidade falsa, já que saem com reivindicações distintas e até opostas; 2) não defender a greve por tempo indeterminado, mas manter um movimento quebrado, com

paralisações de 48, 72 horas ou de uma semana; 3) não estabelecer o enfrentamento direto com o governo por meio do método da ação direta (cortes de rodovia, ocupações...), mas busca manter o movimento adormecido, promovendo apenas aulas públicas, acampamento em praça pública, assembleias em locais fechados e algumas passeatas.

Todavia, é perceptível o ânimo de luta de parte significativa da base e da vanguarda, que vem resistindo e mantendo o movimento em pé, porém este ânimo não se traduz em consciência política para avançar radicalizando a luta, justamente pela ausência de uma direção revolucionária. O que mantém o movimento sustentado a uma política frouxa e conciliadora, da direção burocratizada.

Portanto, o movimento que já se estende por mais de três meses

Bolivia

Alerta! Caranaví é a antecipação do que fará esse governo

Quando caracterizávamos a natureza do governo do MAS como burguês, que seu destino é defender à morte a propriedade privada, os interesses da classe dominante e das multinacionais imperialistas, que é incapaz de satisfazer as necessidades vitais de todos os bolivianos e está condenado a se chocar violentamente com os explorados, aqueles que tinham ilusões no “governo indígena” nos consideravam uns loucos; nos diziam que estávamos cegos ao não ver as grandes conquistas do “processo de transformação”, como a nacionalização dos hidrocarburetos e a rápida acumulação de 9 bilhões de dólares de reservas internacionais, a renda “dignidade”, o bônus Juancito Pinto etc. Não havia dúvida que estávamos nadando contra a corrente e que pagávamos estoicamente o preço de enfrentarmos as ilusões das massas. Mas, na política, está sobre todas as coisas a análise científica do processo social e o partido revolucionário não pode senão dizer a verdade aos explorados, ainda que essa verdade, em determinado momento, choque com suas ilusões.

Passaram quatro anos de governo masista e, apenas quatro meses de sua última espetacular vitória nas eleições presidenciais, agora temos plenamente confirmados nossos prognósticos. O governo embriagou os explorados durante quatro anos de farra eleitoral, esbanjou dinheiro realizando uma política assistencialista para caçar votos, converteu as multinacionais saqueadora em suas sócias para que continuem engordando com a extração de nossas matérias-primas, fracassou em sua caricatura de industrialização dos recursos naturais, não tem podido garantir pão e trabalho aos explorados e, finalmente, quando estes se rebelam exigindo o atendimento de suas necessidades, os reprime, assassina impunemente e os estigmatiza como aliados da direita e agentes do imperialismo.

Os Camponeses e a política

Faz algum tempo que assinalamos que a luta entre o MAS e os resíduos da velha oposição burguesa converteriam o Parlamento no cenário da disputa entre setores que igualmente defendem a propriedade privada dos meios de produção.

A sujeira da ação da burguesia e dos reformistas, que marcham abraçados aos dirigentes camponeses, não representa a luta por uma nova sociedade, mas sim a defesa da ditadura que preserva os interesses econômicos da burguesia. Não esquecer que os dirigentes dos grupos camponeses se contentam com as moedas que o governo masista dão para um ou outro burocrata e comerciante.

O mal governo massista cumpre a missão suja de proteger os in-

teresses dos proprietários, dos grandes e dos médios. Dizemos bem alto: são lacaios dos burgueses poderosos.

e não obteve nenhuma proposta concreta do governo, a não ser uma proposta extremamente rebaixada de um mísero reajuste de 5% (o que significa menos de R\$ 100,00 para o bolso já arruinado do trabalhador que há muito vem amargando com o arrocho salarial diante de toda a crise capitalista) que coloca os trabalhadores neste momento entre o governo, que diz que só negociará com o fim do movimento, e a burocracia sindical que busca desesperadamente acabar com o movimento para aceitar as migalhas oferecidas pelo governo.

Desta forma, não há outra saída para o movimento se não o de radicalizar a luta por meio da ação direta, método próprio da classe trabalhadora em uma greve geral por tempo indeterminado até que se imponha as reivindicações dos trabalhadores.

A marcha punitiva de 700 carabineiros com apoio logístico das Forças Armadas, ordenada pelo governo contra a população de Caranaví, a repressão violenta executada para quebrar os bloqueios de estradas, o assassinato a bala dos bloqueadores, a caça às bruxas dos dirigentes sindicais e cívicos da população rural e urbana, a prisão massiva e indiscriminada dos habitantes da região, a montagem de processos judiciais contra os dirigentes etc., mostram o governo de corpo inteiro. No futuro, não há que duvidar, repetirá sua façanha de Caranaví para esmagar a porrete todo o embrião de protesto dos diferentes setores sociais.

Seus capachos encastelados nos diferentes níveis das organizações sindicais e sociais já não têm a capacidade de controlar as massas. Esse processo se caracteriza pela rebelião das bases contra os dirigentes oficialistas; as bases se rebelam por todo o lugar e fazem esforços por dotar-se de novas direções e sair às ruas; as marchas e os bloqueios de estradas são cada vez mais contundentes e radicais; rapidamente evolui a consciência dos mobilizados para a convicção de que lutam contra um governo esfomeador e cínico. Em Caranaví, depois da violenta repressão, os manifestantes velaram um de seus mortos sobre a ponte de passagem da população, queimaram eufóricos toda a propaganda masista usada para as últimas eleições e a multidão gritava com os pulmões cheios “morram o MAS e os governantes”.

Agora os governantes só têm nas mãos a força pública para reprimir duramente. Os explorados devem estar adequadamente preparados para repelir a repressão e a arma poderosa é a ampliação e radicalização das mobilizações.

(Extraído do Jornal Massas 2171, Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Guillermo Lora

teresses dos proprietários, dos grandes e dos médios. Dizemos bem alto: são lacaios dos burgueses poderosos.

São poucas as unidades de camponeses que ainda encarnam o comunismo primitivo (propriedade coletiva), que para quase todos parecem um sonho sem maior significado. Esses restos continuam habitando os vales que a natureza tem deixado nas montanhas e nos rios do oriente tropical.

A maioria do campesinato oculta suas crenças, tradições e costumes primitivos. Tem conseguido encobrir suas idéias religiosas primitivas com o ensino e pregações dos sacerdotes católicos.

Estão equivocados os que consideram os camponeses como uma

massa humana descomunal e homogênea. Está conformada por uma multidão de nações de diversas dimensões, algumas vigorosas multitu- dinárias, outras pequenas a ponto de desaparecer ou já desaparecendo...

De maneira aberta ou encoberta, os camponeses das diversas na- cionalidades, ayllus etc., participam da vida nacional e, de uma ou outra maneira, até em sua vida política, por meio da economia e até da vida política, apoiando, combatendo e conservando independên- cia, indiferença ou militância frente aos partidos políticos conserva- dores, eleitoralistas ou revolucionários.

Os camponeses vivem e se movem como povos, etnias, nacionali- dades, regiões etc. Não podem escapar à realidade econômico-social do país, isto é do globo terrestre.

Para os camponeses, individual e socialmente considerados, é a terra o que determina sua vida, seu desenvolvimento, estagnação ou degeneração; o papel que podem jogar no processo cultural depende do lugar que ocupa na economia nacional (incluindo a exportação de produtos).

Partes consideráveis do campesinato são estranhas à economia internacional e permanecem fechados em suas regiões e seu peso é insignificante e até negativo ao desenvolvimento do país.

Em inúmeras regiões, as massas camponesas são pequenos proprie- tários das terras, que as cultivam e uma parte de suas colheitas vendem nas populações próximas. Regiões menores se dedicam a cultivar e co-

1º maio na Bolívia

Generalizar e Aprofundar a Rebelião das Massas

Partir da construção de uma plataforma de luta que expresse os interes- ses de todos os explorados, formar pactos intersindicais a partir das bases e, através das mobilizações, incorporar importantes setores como os mineiros, camponeses, trabalhadores independentes etc. A mobilização deve varrer a atual burocracia sindical oficialista.

No Primeiro de Maio se confirmou a análise trotskista de que as massas estão em um processo de emancipação política do controle do governo. Este processo é tão rápido e violento que surpreende a todos; a antiga tradição da ação direta emerge dos últimos rescaldos da ilusão democrática que, até a véspera, embriagou os explorados.

Quais as causas deste processo social excepcional que, prematu- ramente, derruba por terra o castelo de cartas que o MAS cuidadosamente construiu com a intenção de criar uma “nova instituciona- lidade” ferreamente controlada por Evo Morales y seus lacaios? Os revolucionários que têm a capacidade de compreender as leis dos processos sociais parte da certeza de que o governo masista está con- denado a se chocar com as massas. O programa político do MAS é in- viável, o nacionalismo de conteúdo burguês foi historicamente supe- rado na Bolívia e não tem a capacidade de satisfazer as necessidades vitais dos explorados e iniciar um longo processo de reformas.

Mais rápido do que se podia pensar, o embuste masista se coloca em evidência para os oprimidos. Importantes setores dos explorados já estão nas ruas protagonizando medidas de pressão radicais. Isto ocorre porque, ao recobrem-se da embriaguez eleitoral, descobrem que suas condições de vida pioraram de forma insustentável e que o governo que eles mesmos elegeram na véspera não pode atender suas necessidades vitais, que se convertem em detonadores de suas ações.

Agora, a tarefa consiste em generalizar e aprofundar a atual rebe- lião; generalizá-la, porque ainda faltam setores importantes a serem incorporados, como os mineiros, camponeses, os que trabalham por conta própria (como os artesãos e os pequenos comerciantes, os de- sempregados etc.); aprofundá-la, porque as mobilizações devem ser

lher alimentos que os consomem seus habitantes. As populações que rodeiam os acampamentos mineiros, os convertem em seus mercados para os produtos que cultivam e proporcionam aos empresários uma parte da força de trabalho. Os camponeses das regiões fronteiriças se dedicam ao comércio e ao contrabando com os países vizinhos. Os co- caleiros são uma minoria insignificante do campesinato, mas economi- camente têm o peso de uma potências em diversos planos. No Oriente e no Ocidente, há setores de camponeses imersos nos vales nativos que não se separaram totalmente do comunismo primitivo.

O país ignora a vida e atividade de enormes regiões camponesas, que não sabem o que se passa nos centros urbanos. A maioria campo- nesa é estranha à política e até ao sindicalismo.

O papel do campesinato na política é secundário. Não consegue ser a direção dos movimentos destinados a jogar o papel de direção dos processos políticos. O que pode fazer é somar-se às massas para impressionar pelo número e às vezes pela impetuosidade de suas for- mas de luta. Não é a direção, mas sim a massa dos processos políticos. Isto porque o objetivo que perseguem nos movimentos de massa não vai além do capitalismo.

Não há que esquecer que a revolução social busca enterrar o capi- talismo, a propriedade privada dos meios de produção, para substi- tuí-la pela propriedade social (comunismo).

(extraído do Jornal Massas 2171, Partido Operário Revolucionário)

cada vez mais radicais e por objetivos precisos. Os explorados de- vem chegar ao convencimento de que a solução de seus problemas só pode se dar no marco da revolução social.

Surge a necessidade de elaborar uma plataforma de luta que ex- presse as necessidades vitais de todos os setores e que tenha a capa- cidade de unificar as mobilizações que, até agora se dão de forma dispersa. Esta plataforma tem que emergir dos objetivos que os dife- rentes setores elaboram:

1.- Elevação dos salários para que cubra todas as necessidades vitais dos trabalhadores (salário mínimo vital) e que se reajustem na mesma medida em que subam os preços dos artigos de consumo (es- cala móvel de salários).

2.- Trabalho permanente e estável para todos os desempregados abrindo novos postos de trabalho e aplicando a escala móvel das ho- ras de trabalho (que a jornada de trabalho diminua, sem reduzir os salários, para que todos trabalhem).

3.- Por uma lei da previdência que garanta um salário que cubra as ne- cessidades vitais dos trabalhadores em sua terceira idade (renda mínima vital com escala móvel) financiada pelo patrão privado e pelo Estado.

4.- Pelo rechaço da reforma da educação “Siñani – Pérez” que ameaça destruir as conquistas educacionais já alcançadas e por uma reforma que supere a atual crise da educação a partir da unidade en- tre a teoria e a prática no processo social da produção, para se adqui- rir conhecimento e conseguir a formação integral do ser humano.

5.- Por uma lei do trabalho que respeite as conquistas sociais já alcançadas e que incorpore outras novas como, por exemplo, o direito a sindicalização dos servidores públicos, policiais, o exército, etc.

6.- Pela liquidação total do latifúndio e a entrega de toda a terra existente aos camponeses e tribos originárias em forma de proprie- dade social.

7.- Pelo livre cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca.

A crise na Europa afetará o mundo todo

A crise financeira da Grécia e nos países chamados de piigs (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha) obrigou os governos das principais potências e dos organismos internacionais a mobilizarem uma fábula de recursos para garantir os empréstimos governamentais e sustentar o valor do Euro e das aplicações nas bolsas de valores europeias. Os valores inicialmente projetados pelo FMI para conter a crise grega se revelaram ínfimos (algumas dezenas de bilhões de euros). Os investidores e os mercados reagiram mal, as bolsas e o Euro caíram sucessivamente ao longo das últimas semanas. Era necessário uma medida de maior vigor. Arranjou-se um acordo de 750 bilhões de Euros, 60 bilhões anteriormente reservados para intervenção em países fora da zona do Euro, 440 bilhões dos governos europeus e 250 bilhões do FMI. Essa massa de capital criou novas expectativas, que resultaram num aumento dos negócios em bolsas de valores pelo mundo todo. Ainda assim, o Euro continua no seu nível mais baixo da história.

As massas reagem

Na Grécia, uma nova greve geral de dois dias sacudiu o país. O governo conseguiu fazer aprovar uma série de medidas no parlamento, mas as massas não demonstram vontade de acatar o plano da burguesia de descarregar a crise sobre seus ombros. Na Espanha, o governo anunciou o corte de 5% dos salários do funcionalismo, ao que foi prontamente respondido com a convocação de uma greve geral para o próximo dia 05 de junho. Em Portugal, anunciou-se um pacote de cortes de gastos públicos de 2 bilhões de Euros.

Os governos europeus sabem que têm em suas mãos um grande problema. A crise econômica que estourou em setembro de 2008 foi parcialmente contida através de subsídios governamentais aos bancos e multinacionais. Mas não se evitou a recessão de 4% em 2009 no continente, a maior desde a 2ª Guerra Mundial. As consequências são sentidas agora com mais força: os governos se mostram incapazes de arcar com seu endividamento, que explodiu no último ano. A insolvência geral, que afeta de forma mais aguda os piigs, mas que também atinge Alemanha e França, apresenta tendências convulsivas para o ritmo da crise econômica: a impossibilidade de pagamento de títulos levará a uma quebra nas bolsas de valores, que tende a se espalhar para muito além da Europa.

Os governos das potências se apresentaram com centenas de bilhões de Euros nas mãos para garantir os negócios capitalistas, porque sabem que a explosão da crise trará perdas muito maiores, da ordem de trilhões. Aceitaram a ingerência do FMI, que tem por trás os EUA, porque não haverá confiança dos investidores sem o aval dos ianques. Colocar à disposição quase um trilhão de Euros é a garantia de que, pelo menos no curto prazo, não haverá inadimplência. Foi isso que estimulou os negócios nas bolsas de valores.

Ataque da burguesia vai sendo feito por partes

Os governos capitalistas colocam a necessidade de duras medidas contra as massas para enfrentar a crise. Mas viram que a violência das medidas gera resistência. A experiência das sucessivas greves gerais na Grécia, as duas greves gerais da França, aos movimentos na Espanha, tudo isso mostra a dificuldade de aplicação de medidas. Apesar da resistência demonstrada até agora, as direções continuam controlando os movimentos e colocando-lhes a perspectiva de negociação com os governos. Ao não constituírem um movimento unitário pela derrubada integral das medidas, vão criando terreno para o desgaste

das lutas e abrindo espaço aos governos para a implantação de medidas de forma gradativa. É por isso que o governo espanhol se concentra neste momento em atacar o funcionalismo. Pretende derrotá-lo em separado, para depois atacar os demais setores oprimidos. Os economistas burgueses já alertaram: segundo a ótica capitalista, para amenizar a crise europeia, é preciso desvalorizar salários e cortar gastos sociais. O rebaixamento geral dos preços e a consequente entrada de mais capital é o caminho traçado pelos exploradores. Por isso, as medidas governamentais de enfrentamento da crise passam sempre pelo ataque às condições de vida e trabalho das massas.

Transbordamento da crise europeia

Os países chamados de “emergentes”, capitalistas atrasados que têm obtido índices de crescimento, avançam ao lado da crise europeia. China, Brasil e Índia registram altos índices de crescimento. Os economistas burgueses alertam que esses índices são obtidos de forma circunstancial e sem base sólida. Chamam a atenção para o pouco investimento na produção, as pressões inflacionárias e para a possibilidade de uma ampla fuga de capitais que seriam deslocados para cobrir a inadimplência geral na Europa.

O Brasil está sob essa ameaça. Uma fuga de capitais elevaria o preço do dólar e acentuaria as já existentes pressões inflacionárias. Também levaria a uma quebra nas bolsas de valores e suas consequências sobre o sistema financeiro e a economia real. A carência de investimentos estrangula a capacidade produtiva. O encarecimento do dólar dificultaria a compra de máquinas no exterior, que é a fonte delas atualmente (a produção de máquinas nacional caiu 25% em 2009).

O governo anunciou um corte de investimentos públicos da ordem de R\$ 10 bilhões de reais, poucos dias depois do Banco Central elevar as taxas de juros. As medidas do governo vão no sentido de frear o consumo, que tem se mostrado aquecido pelas medidas de estímulo anti-crise governamentais (isenção do IPI a alguns setores e alto endividamento da população). Parte dos economistas burgueses critica o governo por ter mantido por muito tempo o subsídio às montadoras, empreiteiras e linha branca. Outra parte o critica por demorar para enfrentar a alta do consumo com elevação dos juros e corte de gastos. Por trás, há uma divergência quanto às consequências da crise europeia sobre o Brasil. Até que ponto o país será arrastado?

De qualquer forma, já se colocam medidas de ataque às condições de vida das massas: elevação de juros e cortes de gastos são só o primeiro passo nesse sentido.

Preparar-se para o pior

As direções sindicais majoritárias estão no campo da defesa do governo e de suas políticas. Desarmam as massas com seu discurso de que tudo está bem e que a crise não afetou nem afetará o Brasil.

As direções minoritárias, embora fora do campo de defesa do governo, não estão preparando as massas para os ataques que estão por vir. Predominam o eleitoralismo das chamadas “candidaturas de esquerda” e o aparelhismo que divide as centrais e as organiza em aparatos controlados pelos partidos.

As massas precisam se unir ao redor de suas reivindicações mais sentidas, ganhar força com a mobilização ao redor delas, e responder à crise capitalista com as bandeiras do Programa de Transição, destacando-se a defesa do salário (salário mínimo vital) e emprego (escala móvel de horas de trabalho).